



Conciliação _PÁG. 14

TCE busca acordo para impasses na Arena das Dunas e Via Costeira

Corte adotará pela primeira vez a Solução Técnica Consensual para discutir o contrato do estádio e o destino de sete terrenos públicos concedidos à iniciativa privada em Natal.

‘Conexão Saúde’ _PÁG. 6

Espiritualidade e saúde mental no debate sobre os limites humanos

Psiquiatra e bióloga discutem como propósito de vida, espiritualidade, pesquisa da consciência e responsabilidade pessoal podem dialogar com saúde e bem-estar.

Editorial _PÁG. 3

Violência não pode ter lugar na disputa política

Blog do Agora _PÁG. 2

AGU recorre a Edson Fachin contra afastamento de Andrei

William Robson _PÁG. 3

Allyson e Cadu: a dupla preocupação de Álvaro

Futebol _PÁG. 16



Técnico João Burse assume equipe do ABC e abre ciclo de planejamento para 2027, com foco na Série C do Brasileiro

Segurança _PÁG. 4

TRE aprova pedido de forças federais para 9 municípios nas eleições

Solicitação será encaminhada ao TSE e inclui João Dias, que já recebeu reforço em 2024, após o assassinato do então prefeito Marcelo Oliveira e de seu pai

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN) aprovou por unanimidade, nesta terça-feira 8, o envio ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de um pedido de forças federais para reforçar a segurança das eleições de 2026 em

nove municípios: Serra Negra do Norte, Jardim de Piranhas, Alexandria, João Dias, Tibau, Boa Saúde, Sítio Novo, Serra Caiada e Ipanguaçu. A solicitação, que ainda depende da autorização do TSE, foi fundamentada em informações de juízes eleitorais e dos

setores de inteligência da Justiça Eleitoral e da Polícia Militar. João Dias recebeu atenção especial devido ao histórico de violência política, marcado pelo assassinato, em agosto de 2024, do então prefeito e candidato à reeleição Marcelo Oliveira e de seu pai.



Embate entre Mendonça e Moraes escala

Indicado de Jair Bolsonaro ao STF afasta diretor da PF por relatório que subsidiou despacho de Moraes; presidente Fachin cogita assumir relatorias de processos _PÁG. 10

Política _PÁG. 4

Camila pede que PF investigue ataque contra Rogério Marinho

Senador foi atingido por um ovo durante manifestação do 7 de Setembro, no Largo do Ateneu. Candidata a deputada estadual cobra apuração sobre ação isolada ou não.

Proposta _PÁG. 8

Candidata quer que imóveis abandonados virem moradias

Arinalda do MLB, candidata ao Governo do RN pela Unidade Popular, é sem-teto e disputa eleição pela primeira vez.

Segurança _PÁG. 11

Detento foge da penitenciária de Alcaçuz em meio a obra

Anderson Stallone Flores dos Santos, de 38 anos, estava custodiado na unidade desde dezembro de 2025. Ele segue sendo procurado.

Política _PÁG. 5

TRE libera candidatura de Sandro Pimentel ao Senado Federal

Corte considerou que período de inelegibilidade do ex-deputado estadual, decorrente das eleições de 2018, terminará antes da diplomação.

BLOG DO AGORA

agorarn.com.br | redacao@agorarn.com.br



LULA MARQUES / AGÊNCIA BRASIL

AGU recorre a Fachin contra afastamento de Andrei

A Advocacia-Geral da União (AGU) acionou diretamente o presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, para tentar derrubar a decisão de André Mendonça que afastou Andrei Rodrigues da direção-geral da Polícia Federal e Leandro Almada da Diretoria de Inteligência. O governo apresentou uma suspensão de liminar, instrumento enviado automaticamente à Presidência do STF, sem sorteio de relator. Na prática, a estratégia permite à AGU contornar Mendonça e entregar a Fachin a decisão sobre a permanência da cúpula da PF. O movimento foi comunicado pelo advogado-geral da União, Jorge Messias, em reunião com Fachin e o ministro da Justiça, Wellington César Lima.

Na peça, a AGU sustenta que a decisão provoca “grave lesão à ordem pública e administrativa” e cria “risco concreto de desorganização institucional”. Para o governo, o afastamento simultâneo dos dois dirigentes compromete “o funcionamento das ações policiais”, a “coordenação das atividades de inteligência” e a estabilidade da cadeia de comando. O órgão argumenta ainda que a medida invade a prerrogativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de escolher quem dirige a Polícia Federal.

“O afastamento preventivo do diretor-geral e do diretor de Inteligência Policial, decretado por decisão monocrática cautelar, produz a vacância da direção máxima de órgão de cúpula da Administração federal”, afirma a AGU.

Segundo a peça, a ordem de Mendonça “subtrai, sem o devido processo legal, ao presidente da República o juízo sobre quem deve dirigir a Polícia Federal”, além de comprometer “a continuidade da atividade de polícia judiciária” e “o regular funcionamento da instituição”. O governo acrescenta que a “continuidade administrativa”, a “previsibilidade das estruturas de comando” e a “estabilidade do funcionamento institucional” constituem “interesse público qualificado”.

A suspensão de liminar é tratada no Supremo como uma espécie de botão de emergência, reservado a situações excepcionais, porque permite ao presidente da Corte suspender uma decisão tomada por outro ministro. O recurso foi apresentado enquanto a Segunda Turma formava placar de 3 a 0 para manter o afastamento, julgamento interrompido por pedido de vista de Gilmar Mendes. A paralisação evitou, por enquanto, a consolidação de uma decisão colegiada e permitiu que a AGU contestasse diretamente a ordem individual de Mendonça, em mais um movimento capaz de elevar a temperatura da crise interna no STF.

CDL OUVÊ CANDIDATOS I

A CDL Natal iniciou ontem uma rodada de encontros com os candidatos ao Governo do Rio Grande do Norte para apresentar as demandas do comércio e conhecer as propostas dos concorrentes. O primeiro recebido foi Cadu de Lula (PT). A programação continua hoje com Professor Robério Paulino (PSOL), na quinta-feira 10 com Álvaro Dias (PL) e na sexta-feira 11 com Allyson Bezerra (União), sempre na sede da entidade.

CDL OUVÊ CANDIDATOS II

Segundo o presidente da CDL Natal, José Lucena, os encontros terão aspecto de uma conversa com lideranças empresariais, e não de uma sabatina tradicional. Os candidatos receberão um manifesto com as principais reivindicações do setor produtivo, envolvendo ambiente de negócios, infraestrutura, logística, ajuste fiscal e estímulo aos investimentos. “A gente não tem partido lá na CDL. O partido da gente é o Rio Grande do Norte”, afirmou Lucena.

SENADO NA MIRA

A candidata ao Senado Samanda de Lula (PT) subiu o tom contra os adversários na propaganda eleitoral no rádio e na TV. Segundo ela, a tentativa dos bolsonaristas de buscarem a maioria no Senado a partir de 2027 é uma reedição da tentativa de golpe. “Lula venceu, e veio a tentativa de golpe, com a invasão e destruição das sedes dos Três Poderes. Agora, o filho de Bolsonaro quer seguir os caminhos do pai. E, se não vencer, o plano é barrar o governo Lula pelo Senado”, afirma Samanda.

SEGURANÇA HÍDRICA

O ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, cumpre agenda no Rio Grande do Norte na quinta-feira 10. Ele faz visita técnica às obras do Açude de Angicos, na zona rural de José da Penha, e acompanha os testes de enchimento do Ramal do Apodi e da chegada das águas da transposição do Rio São Francisco à Barragem de Pau dos Ferros.

CARLOS VON SOHSTEN

redacao@agorarn.com.br



IA: transformar conhecimento em desenvolvimento no RN

A pergunta mais importante para o Rio Grande do Norte não é quem vencerá a corrida mundial da inteligência artificial. É outra: quanto desenvolvimento seremos capazes de produzir a partir dela?

A IA está alterando a competitividade das empresas. Pesquisa do Sebrae de 2025 mostrou que 44% dos pequenos negócios brasileiros já haviam utilizado algum tipo de inteligência artificial. Na indústria, ela pode reduzir desperdícios, antecipar falhas e elevar a produtividade. No comércio e nos serviços, permite conhecer mercados, automatizar operações e personalizar o atendimento. Para empresas de tecnologia, abre espaço para produtos e serviços de maior valor agregado. E setores nos quais o RN possui competências — energia, saúde, turismo, agronegócio e serviços públicos — podem ganhar eficiência e desenvolver novas soluções.

Discutir IA, portanto, é discutir desenvolvimento econômico. Assim como infraestrutura, energia, logística e qualificação profissional foram determinantes em outros ciclos de crescimento, capacidade tecnológica, conhecimento, dados e capacidade computacional passam a influenciar a localização de empresas, investimentos, talentos e empregos qualificados.

Em recente debate promovido pelo CEBRI e pelo Conselho Empresarial Brasil-China, uma reflexão merece atenção: vantagem tecnológica não pertence apenas a quem desenvolve as tecnologias mais avançadas, mas também a quem consegue disseminá-las pela economia e transformá-las em produtividade. É justamente nessa capacidade de transformar tecnologia em desenvolvimento econômico que está uma das oportunidades do RN.

O estado possui universidades, institutos de ciência e tecnologia, parques tecnológicos, empresas de TIC, instituições de apoio ao empreendedorismo, gás natural e energia renovável e uma comunidade científica e empresarial capaz de desenvolver soluções. O desafio é fazer esses ativos funcionarem como sistema.

É nesse ponto que ganha importância o Ecossistema de IA do RN, evolução da iniciativa até aqui denominada Governança IA para o RN. Seu papel não é executar isoladamente projetos, mas conectar conhecimento e demandas empresariais, estimular políticas públicas, identificar gargalos, apoiar a formação de talentos, dar visibilidade às competências locais e contribuir para a atração de investimentos.

Essa articulação é uma estratégia de competitividade. Mais importante que reunir instituições é fazê-las atuar de forma conectada. Universidades podem compartilhar agendas de formação e pesquisa; empresas podem apresentar problemas que demandam novas soluções; poder público, instituições de fomento e ambientes de inovação podem criar condições para transformar conhecimento em aplicação. Dessas conexões podem surgir pesquisa aplicada, produtos, empresas, empregos e novos mercados.

Nenhuma instituição fará isso sozinha. A vantagem competitiva do RN dependerá da capacidade de atuação integrada entre setor produtivo, empresas de tecnologia, academia, poder público e instituições da sociedade.

Se não construirmos essas conexões agora, outros territórios disputarão com mais vantagem os investimentos, talentos e empresas que essa nova economia começa a mobilizar.

Carlos von Sohsten é gestor do IALab do Sebrae e articulador da Governança IA para o RN

Espaço de responsabilidade da Redação do jornal Agora RN

AGORARN

Alex Viana Diretor-Presidente - Edilson Viana Dir. Administrativo - Lissandra Viana Dir. Financeira
Matheus Viana - Diretor-Executivo Tiago Rebole Editor Geral

Endereço: Av. Rodrigues Alves, nº955, Tirol, Natal/RN - CEP: 59020-200 - Tel: 84 3027-1690

Publicações: publica@agorarn.com.br | 84 98117-1718 - Redação: 84 98117-5384 - Portal: www.agorarn.com.br

Todas as informações contidas nos artigos publicados nesta edição são de inteira responsabilidade dos autores, não traduzindo, portanto, a opinião deste jornal. Sua publicação visa tão-somente a promover o debate e a reflexão sobre problemas dos mais variados segmentos da sociedade.

Instituto
Verificador de
Comunicação

ANJ ASSOCIAÇÃO
NACIONAL
DE JORNAIS

Violência não pode ter lugar na disputa política

A democracia pressupõe confronto de ideias, fiscalização rigorosa, crítica contundente e liberdade para que adversários exponham suas diferenças. Não comporta, porém, ameaças, intimidação, agressões físicas ou qualquer tentativa de retirar alguém da disputa pelo medo. Os episódios registrados nos últimos dias no Rio Grande do Norte, embora tenham gravidades muito distintas, mostram como a violência continua sendo empregada para constranger quem participa da vida pública. Essa escalada precisa ser interrompida antes que atos inicialmente tratados como provocações ou excessos produzam consequências irreversíveis.

O caso mais grave é o das ameaças contra Natália Bonavides, Brisa Bracchi e Juliana Garcia, todas candidatas pelo PT. Natália e Brisa receberam mensagens com ameaças de estupro, esquiteamento e morte, além da exposição de dados pessoais e informações sobre familiares; Juliana, sobrevivente de uma tentativa de feminicídio,

voltou a ser atacada com comentários que celebravam a agressão sofrida em 2025 e sugeriam nova violência. Não se trata de crítica política, mas de intimidação criminosa, marcada por misoginia e pelo objetivo de afastar mulheres da vida pública por meio do medo.

Nada disso pode ser confundido com crítica política. Ameaçar estupro, assassinato ou esquiteamento não é emitir opinião, exercer liberdade de expressão ou participar do debate democrático. É conduta criminosa, que exige identificação dos responsáveis, investigação sobre eventual articulação coletiva, responsabilização e proteção efetiva às vítimas e aos familiares. Quando o ataque é dirigido a mulheres com referências sexuais, misóginas e LGBTfóbicas, existe ainda uma tentativa deliberada de comunicar que a política seria um território masculino e que a participação feminina será punida com violência. O Estado não pode permitir que esse método prospere.

Em outro episódio, de gravidade incomparavelmente menor, mas também condenável, o senador Rogério Marinho (PL) foi atingido por um ovo quando deixava uma manifestação de 7 de Setembro no Largo do Atheneu, em Natal. O autor, de 24 anos, foi detido, levado à Delegacia Central de Flagrantes, assinou um termo circunstanciado e responderá por injúria. Segundo a Polícia Civil, ele afirmou ter saído de São Paulo do Potengi já com a intenção de atingir o senador e disse que agiu sozinho. O celular foi apreendido para verificar se houve participação de outras pessoas. A investigação deverá apurar se o ataque foi realmente individual.

Uma ovação não se equipara, sob qualquer parâmetro, a ameaças de estupro, esquiteamento e morte. Estabelecer essa diferença é indispensável para preservar a proporção dos fatos. Isso não significa, contudo, aceitar o lançamento de objetos como forma legítima de protesto. A agressão deve ser condenada independentemente de quem seja o alvo e de qual posição política defenda. O cidadão pode ir, protestar, questionar e votar contra. Não pode substituir argumentos por violência física. Relativizar uma agressão porque a vítima é adversária apenas prepara o terreno para que o mesmo método seja empregado, amanhã, contra quem hoje o tolera.

O histórico recente do RN impede que ameaças sejam minimizadas: Neném Borges, prefeito de São José do Campestre, foi assassinado em 2023; Marcelo Oli-

veira, prefeito de João Dias e candidato à reeleição, foi morto com o pai em 2024; e o ex-prefeito de São Pedro Miguel Cabral Nasser foi executado em Natal em 2025. Embora os crimes tenham circunstâncias distintas, os episódios reforçam a necessidade de prevenção e investigação rigorosa de qualquer ameaça contra agentes políticos.

Esses crimes possuem circunstâncias, investigações e possíveis motivações próprias. Não devem ser artificialmente reunidos sob uma explicação única. Ainda assim, formam um histórico que impede o Estado de tratar ameaças contra agentes políticos como bravatas inofensivas. Quando representantes públicos já foram executados, a prudência exige levar a sério qualquer anúncio de violência, sobretudo quando há datas, rotinas, endereços e informações familiares nas mensagens.

As autoridades devem agir com rapidez para identificar autores, cúmplices, financiadores e eventuais grupos organizados. Também precisam garantir proteção proporcional ao risco e impedir a repetição dos ataques. Aos candidatos, partidos e apoiadores cabe estabelecer uma fronteira inequívoca: divergência não autoriza agressão, e conveniência eleitoral não justifica silêncio seletivo. A violência política deve ser condenada sempre, venha de onde vier e tenha quem tiver como alvo. A eleição precisa ser decidida pelo voto, pelas propostas e pelo julgamento livre dos cidadãos — nunca pelo medo.



William Robson

williamdefato@gmail.com instagram:William Robson Cordeiro (@williamrobson)

A dupla preocupação de Álvaro

O candidato ao Governo pelo PL, Álvaro Dias, tem uma dupla preocupação. A primeira é com o retrovisor. Vê crescer o candidato do PT, Cadu Xavier, em rápida aproximação a um mês das eleições. Sabe que seu principal antagonista no campo da polarização está em tendência de tomar o seu lugar, segundo a mais recente pesquisa Exatus.

No levantamento divulgado no final da semana passada, Álvaro caiu de 26,05% para 20,56%, enquanto Cadu cresceu de 13,74% para 17,96%. Álvaro tenta reagir ao se colocar mais firmemente na linha do bolsonarismo-raiz e trazer para si a confiança deste eleitor. Tanto que o candidato a vice-presidente na chapa de Flávio Bolsonaro (PL), o deputado federal Alfredo Gaspar (PL-AL), esteve no RN, ao lado do senador Rogério Marinho (PL), na intenção de fortalecer sua campanha notadamente desnorteada.

A segunda preocupação do bolsonarista é com o andar de cima. Como o candidato Allyson Bezerra (União) se mantém isolado na liderança (tem 37,42% das intenções de voto), Álvaro busca neutralizá-lo da forma mais inusitada: impedindo que o candidato que lidera as pesquisas seja votado. A coligação de Álvaro, Endireita RN, apresentou ao uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) contra Allyson neste sentido, que reagiu: Álvaro quer “transferir para os tribunais uma disputa que deveria ser decidida pelos eleitores nas urnas”.

AGÊNCIA REGULADORA

A Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Mossoró (AGRM) está acompanhando as tarifas dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a fim de que os valores cobrados este-

jam de acordo com as regras do contrato, da legislação e da estrutura de custos dos serviços. A agência reguladora quer atuar como um órgão que não autoriza apenas aumento de tarifa.



Se não tem condições de fazer investimento, agora já apresenta dificuldades até para pagar em dia os servidores ativos, os aposentados e pensionistas, que passam por muitas dificuldades ainda”

Do deputado estadual Hermano Moraes (MDB), candidato a vice-governador na chapa encabeçada por Allyson Bezerra (União), sobre a crise fiscal do Estado

MOBILIDADE

Na passagem de sua caravana pela Zona Norte de Natal, o candidato ao Governo Allyson Bezerra (União) abordou a questão da mobilidade urbana. Neste quesito, falou da sua intenção em construir a terceira ponte de Natal e concluir a requalificação Avenida das Fronteiras, obra iniciada há cerca de 20 anos. “Eu serei o governador que vai construir a terceira ponte da capital do Estado. Eu serei o governador que vai concluir a interminável obra de 20 anos da Avenida das Fronteiras. É compromisso meu”, declarou o ex-prefeito de Mossoró.

VIOLÊNCIA

A presidente do PT no RN e candidata ao Senado, Samantha Alves, cobrou investigação, responsabilização dos criminosos e proteção às mulheres do partido que vêm sendo vítimas de ameaças de morte e violência sexual. Em vídeo

divulgado no domingo 6, Samantha se manifestou sobre os ataques contra a deputada federal Natália Bonavides, a vereadora e candidata a deputada federal Brisa Bracchi e a candidata a deputada estadual Juliana Garcia.

ZÉ PEIXEIRO

O ex-vereador Zé Peixeiro (PSDB) anunciou na quinta-feira 3 a desistência de sua candidatura a deputado federal e declarou apoio ao projeto de reeleição do deputado João Maia (PP). Segundo ele, a decisão de deixar a disputa aconteceu após o PSDB não cumprir os compromissos firmados para viabilizar sua candidatura.

NOTA CULTURAL

OS GROGS

Depois de reabrir a memória do rock potiguar em um reencontro marcado pela emoção e pela presença de um grande público, Os Grogs voltam ao palco para o *Desencontro 2*, neste sábado 12, a partir das 21h na Cervejaria Black Sheep, em Candelária. A apresentação dá continuidade ao encontro realizado em janeiro e reafirma a força de uma história construída ao longo de mais de duas décadas na cena musical potiguar.

FAMILHÃO POTIGUAR

A história de vida da potiguar Marta ganhou um novo e marcante capítulo no último domingo 6. Natural do município de Luís Gomes, no Alto Oeste potiguar, ela foi a grande vencedora do prêmio de R\$ 1 milhão do quadro *Familhão*, exibido durante o programa *Domingão com Huck*, da TV Globo. Vivendo há cerca de 30 anos em solo paulista, Marta construiu sua história de trabalho e hoje é proprietária de um restaurante em São Caetano do Sul, empreendimento que administra ao lado do marido.

RN aprova pedido de forças federais para 9 municípios durante as eleições

Solicitação será encaminhada ao TSE e inclui João Dias, que já recebeu reforço federal em 2024, após o assassinato do então prefeito Marcelo Oliveira e de seu pai em meio à campanha municipal

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN) aprovou por unanimidade, nesta terça-feira 8, o encaminhamento ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de um pedido de envio de forças federais para nove municípios potiguaras durante as eleições de 2026. A solicitação contempla Serra Negra do Norte, Jardim de Piranhas, Alexandria, João Dias, Tibau, Boa Saúde, Sítio Novo, Serra Caiada e Ipananguçu.

A aprovação pelo TRE-RN não significa que o efetivo será enviado automaticamente. O pedido ainda será analisado pelo TSE, a quem cabe autorizar o emprego de forças federais para reforçar a segurança e garantir o livre exercício do voto nos locais indicados pela Justiça Eleitoral.

Segundo a presidente do TRE-RN, desembargadora Martha Danyelle Santanna Costa Barbosa, a solicitação foi construída a partir de consultas aos juízes eleitorais e de informações produzidas pelos setores de inteligência da Justiça Eleitoral e da Polícia Militar. Nem todos os municípios que pediram reforço foram incluídos. A relação aprovada reúne aqueles nos quais, segundo a análise apresentada à Corte, existe necessidade concreta de ampliar a estrutura de segurança durante o pleito.

O reforço federal, caso autorizado pelo TSE, deverá atuar de forma complementar às forças estaduais. O objetivo é preservar a normalidade da votação, evitar intimidações, conter eventuais conflitos e assegurar que eleitores, mesários, servidores e magistrados possam participar do processo eleitoral sem interferências.



Plenário do Tribunal Regional Eleitoral aprovou pedido por unanimidade

Durante o julgamento, o desembargador João Rebouças defendeu a medida e recordou a experiência acumulada como juiz eleitoral no interior. “Quando o jipe do Exército chega, que a gente manda dar uma volta na cidade, as coisas já equilibram um pouquinho”, afirmou.

A situação de João Dias recebeu atenção específica, por causa do histórico recente de violência política no município. Em 27 de agosto de 2024, durante as eleições municipais, o então prefeito e candi-

dato à reeleição Marcelo Oliveira, do União Brasil, foi morto a tiros ao lado do pai, Sandi Alves de Oliveira.

O crime ocorreu a menos de seis semanas da votação e agravou uma crise política que já vinha sendo acompanhada pelas forças de segurança e pela Justiça. Marcelo Oliveira também havia sido alvo de uma tentativa de homicídio em novembro de 2022.

Mesmo diante do assassinato do prefeito e candidato, o calendário eleitoral de 2024 foi mantido. Naquele ano, o TRE-

-RN também aprovou a requisição de forças federais para João Dias, numa tentativa de assegurar a realização da eleição municipal em ambiente de maior estabilidade. A medida foi posteriormente autorizada pelo TSE, e o município contou com segurança reforçada no dia da votação. Naquele pleito, a viúva de Marcelo, conhecida como Fatinha de Marcelo, foi eleita prefeita do município. Ela segue no cargo.

Investigações da Polícia Civil apontam que o assassinato foi parte de um conflito entre grupos familiares e políticos que disputavam o controle do município. O Ministério Público apresentou denúncias contra acusados de participação no planejamento e na execução do ataque, entre eles, a ex-vice-prefeita Damária Jácome.

Nos demais municípios, a Corte não detalhou publicamente, durante a sessão, ocorrências específicas que tenham fundamentado os pedidos. A presidente informou apenas que cada solicitação foi examinada individualmente com base nos relatos dos juízes eleitorais e nas informações dos órgãos de inteligência. ●

Violência

Camila pede que PF investigue ataque contra Rogério Marinho

A vereadora de Natal Camila Araújo (PL), candidata a deputada estadual, protocolou, nesta terça-feira 8, ofícios na Superintendência da Polícia Federal no Rio Grande do Norte e na Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (Sesed) solicitando que a PF avalie a possibilidade de assumir a investigação do ataque contra o senador Rogério Marinho (PL-RN).

Rogério foi atingido no pescoço por um ovo na segunda-feira 7, quando deixava uma manifestação política no Largo do Atheneu, em Petrópolis, na Zona Leste de Natal. O autor do ato, um homem de 24 anos, foi contido por policiais militares e conduzido à Delegacia Central de Flagrantes.

O homem prestou depoimento acompanhado de um advogado, assinou um termo

circunstanciado de ocorrência e foi liberado. A conduta foi enquadrada inicialmente como injúria porque o objeto atingiu o parlamentar. O celular do suspeito foi apreendido e poderá ser analisado mediante autorização judicial.

Durante o depoimento, o jovem declarou ter saído de São Paulo do Potengi, a cerca de 100 quilômetros de Natal, já com a intenção de atingir o senador. Ele afirmou que agiu sozinho, como forma de protesto, e que Rogério era o único político que pretendia atacar. A Polícia Civil, porém, informou que continuará a investigação para verificar se houve planejamento ou participação de outras pessoas.

Nos ofícios, Camila solicita o envio à Polícia Federal do termo circunstanciado, dos demais documentos relacionados ao caso e do aparelho celular apreendido. A vereadora pede que sejam pre-

servados os elementos necessários para uma eventual análise do conteúdo do telefone.

“Quem mandou agredir Rogério Marinho? Quem financiou esse ato? Foi realmente uma ação isolada? Essas são perguntas que precisam ser respondidas. Não podemos tratar como um episódio banal uma agressão premeditada contra um senador da República durante uma manifestação política”, afirmou.

Camila argumenta que a natureza política do episódio e o fato de a vítima exercer mandato no Senado justificam uma análise da Polícia Federal sobre a competência para conduzir o caso. Para fundamentar o pedido, o documento menciona dispositivos da Constituição que tratam da atuação da Justiça Federal e das atribuições da PF.

A vereadora também cita informações de que o homem te-



Vereadora de Natal Camila Araújo é candidata a deputada estadual pelo PL

ria acompanhado a movimentação antes da chegada ao Largo do Atheneu e utilizado uma camisa amarela da Seleção Brasileira, semelhante às usadas por participantes do ato.

“Se houve planejamento, precisamos saber até onde ele foi. A investigação deve esclarecer a autoria e a motivação, mas também verificar se existiram mandantes, financiadores ou qualquer tipo de articulação por trás da agressão. Violência política não pode ser naturalizada,

venha de onde vier”, declarou.

A delegada Danielle Filgueira já havia informado que a versão apresentada pelo suspeito ainda seria verificada. “Ele falou que foi uma decisão individual, mas nós iremos continuar a investigação para verificar se foi algo planejado com outras pessoas”, afirmou. Segundo ela, o acesso a mensagens, conversas e outros dados armazenados no celular dependerá de autorização judicial. ●

ELPÍDIO JÚNIOR / CMN

TRE libera candidatura de Sandro ao Senado mesmo após cassação em 2020

Corte considerou que período de inelegibilidade decorrente das eleições de 2018 terminará antes da diplomação

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN) deferiu por unanimidade, nesta terça-feira 8, o registro da candidatura do ex-vereador de Natal e ex-deputado estadual Sandro Pimentel ao Senado. Filiado ao PSOL, ele disputará uma das duas vagas destinadas ao Rio Grande do Norte pela Federação PSOL-Rede.

A candidatura de Sandro havia provocado dúvida jurídica porque o político teve o mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e foi declarado inelegível por oito anos em decorrência de irregularidades cometidas na campanha de 2018, quando foi eleito deputado estadual.

Ao analisar o processo, porém, o TRE-RN concluiu que a restrição terminará em 7 de outubro deste ano, três dias depois do primeiro turno das eleições, marcado para 4 de outubro, mas antes da diplomação dos eleitos, que deverá ocorrer até 18 de dezembro. A Corte aplicou uma alteração feita em 2025 na Lei Complementar nº 64/1990, a Lei das Inelegibilidades, que ampliou até a data da diplomação o prazo para o reconhe-



Ex-deputado estadual Sandro Pimentel retoma à disputa eleitoral após cassação do mandato por irregularidades em 2018

cimento de fatos ou mudanças jurídicas capazes de afastar uma causa de inelegibilidade.

Na prática, o Tribunal considerou que Sandro estará elegível no momento da diplomação, mesmo que o prazo de oito anos ainda não tenha terminado no dia da votação. O registro não foi impugnado e a Procuradoria Regional Eleitoral apresentou parecer favorável ao deferimento.

A defesa do ex-deputado argumentou que, pela interpretação adotada anteriormente pela Justiça Eleitoral, o marco para a superação da inelegibilidade seria o dia da eleição. Nesse cenário, como a restrição somente termina em 7 de outubro, Sandro não poderia concorrer no primei-

ro turno deste ano. A mudança legislativa, segundo a defesa, permitiu que a situação fosse examinada de outra forma.

Segundo a defesa, se a legislação não tivesse sido modificada, o registro provavelmente seria rejeitado porque a inelegibilidade ultrapassa em três dias a data da votação. “Se fôssemos pelo entendimento anterior, em tese parecia que o candidato estaria inelegível para este pleito. Mas entende o candidato e sua defesa que deve ser deferido em razão da alteração legislativa, que agora estendeu o prazo até a diplomação”, afirmou o advogado Fabrício Bruno durante o julgamento.

Relator do processo, o desembargador eleitoral Eduardo Pi-

nheiro acompanhou o entendimento da defesa e da Procuradoria Regional Eleitoral. Ele afirmou que Sandro apresentou a documentação exigida e que o fim da inelegibilidade antes da diplomação permite o reconhecimento da capacidade eleitoral do candidato.

“Eu defiro o registro porque toda a documentação necessária foi apresentada. O término da inelegibilidade está previsto para 7 de outubro de 2026 e a diplomação dos eleitos ocorrerá até 18 de dezembro de 2026”, declarou o relator. O voto foi acompanhado por todos os integrantes da Corte.

Cassação

O caso tem origem nas elei-

ções estaduais de 2018, quando Sandro Pimentel foi eleito deputado estadual pelo PSOL com pouco mais de 19 mil votos, tornando-se o primeiro representante do partido a conquistar uma cadeira na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. A diplomação chegou a ser questionada por causa de irregularidades identificadas na prestação de contas da campanha, mas ele assumiu o mandato em fevereiro de 2019.

Em outubro de 2020, o TSE decidiu cassar o diploma e o mandato do parlamentar. A decisão também declarou a inelegibilidade por oito anos, contados a partir da eleição de 2018. O processo envolvia irregularidades na movimentação financeira da campanha, com recursos e despesas que não teriam transitado adequadamente pela conta bancária eleitoral. A defesa sustentou que os problemas eram formais e que não tinham gravidade suficiente para provocar a perda do mandato, mas esse argumento não prevaleceu no Tribunal.

Apesar de o TSE ter julgado o caso em 2020, a inelegibilidade foi vinculada ao pleito de 2018. Por isso, o prazo de oito anos se encerra em outubro de 2026. A cassação somente foi efetivada pela Assembleia Legislativa em março de 2021, depois do encerramento dos recursos e da comunicação oficial da Justiça Eleitoral. Com a saída de Sandro, a Justiça Eleitoral realizou uma nova totalização dos votos, e a vaga passou a ser ocupada por Jacó Jácome, então filiado ao PSD. ●

Consórcio de veículos

Debate é cancelado após Lula e Flávio não confirmarem presença

Um consórcio formado por 11 veículos de imprensa cancelou um debate entre os candidatos à Presidência da República que estava previsto para 14 de setembro. A decisão foi anunciada depois que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL), líderes das pesquisas eleitorais, não confirmaram presença até o encerramento do prazo estabelecido pelos organizadores.

Os veículos haviam fixado o

dia 7 de setembro como limite para que as campanhas respondessem aos convites. Com a ausência de confirmação dos dois principais concorrentes, o grupo avaliou que não havia condições de manter o encontro. Augusto Cury (Avante), Renan Santos (Missão), Ronaldo Caiado (PSD) e Romeu Zema (Novo) haviam aceitado participar.

O consórcio é formado por CNN Brasil, Exame, Metrôpoles, Nova Brasil FM, Rádio Itatiaia,

RedeTV!, Rede Vida, SBT, SBT News, Terra e Veja. Segundo o grupo, trata-se da maior associação já organizada entre veículos de comunicação brasileiros para a realização de debates eleitorais.

Em nota, o consórcio afirmou que o cancelamento não modifica sua avaliação sobre a importância desse tipo de encontro para a campanha. Segundo os veículos, os debates são “instrumentos fundamentais do processo democrático” porque per-

mitem aos eleitores comparar diretamente “propostas, posições e visões dos candidatos” em um ambiente comum e submetido às mesmas regras.

A decisão reforça uma característica já observada no primeiro debate presidencial da campanha de 2026. Realizado em 23 de agosto, o encontro reuniu apenas Ronaldo Caiado, Renan Santos e Augusto Cury. Lula e Flávio Bolsonaro não compareceram, enquanto Romeu Zema desistiu momentos antes de o programa começar, após a confirmação da ausência dos dois candidatos que lideram as pesquisas.

Com três participantes, o primeiro confronto televisado deste ano teve o menor número de presentes em um debate inaugural de campanha presidencial desde 1989, quando as

emissoras brasileiras passaram a promover encontros do gênero. A ausência dos favoritos também reduziu a possibilidade de confronto direto sobre os principais temas nacionais e limitou a repercussão do programa.

O cancelamento anunciado pelo consórcio alcançou ainda a disputa pelo Governo de São Paulo. O debate estadual estava marcado para 18 de setembro, mas o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), candidato à reeleição, não confirmou participação dentro do prazo. O ex-ministro Fernando Haddad (PT), principal adversário de Tarcísio, havia aceitado o convite.

O consórcio não informou se pretende apresentar novas datas ou formatos alternativos para ouvir os candidatos antes do primeiro turno. ●

Espiritualidade e saúde mental estão no debate sobre os limites humanos

No podcast Conexão Saúde, da TV Agora RN, o psiquiatra e professor da UFRN Francisco Rodrigues e a bióloga e mestre em psicobiologia Rute Pinheiro discutem como propósito de vida, espiritualidade, pesquisa da consciência e responsabilidade pessoal podem dialogar com saúde e bem-estar

A relação entre saúde mental, espiritualidade e busca por um sentido para a existência foi o eixo de uma ampla discussão no podcast Conexão Saúde, da TV Agora RN. Apresentado pelo jornalista Elias Luz, o programa reuniu o médico psiquiatra Francisco Rodrigues, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e a professora Rute Pinheiro, bióloga, mestre em psicobiologia, especialista em neurociências e pesquisadora da conscienciologia. A conversa partiu de uma questão que atravessa ciência, filosofia e religião: a experiência humana termina nos limites do corpo físico ou há fenômenos que ainda demandam investigação?

Rodrigues levou ao debate a experiência acumulada na psiquiatria e no ensino da relação entre medicina, saúde e espiritualidade. Segundo ele, a dimensão espiritual passou a ocupar espaço em sua atuação principalmente a partir do contato



Professora Rute Pinheiro, jornalista Elias Luz e médico psiquiatra Francisco Rodrigues, durante o podcast

com pacientes que apresentavam sofrimento psíquico e dependência de álcool. O médico afirmou que psicofármacos — entre eles antidepressivos, antipsicóticos e ansiolíticos — cumprem uma função clínica, mas defendeu que determinadas pessoas também procuram propósito, pertencimento e significado para lidar com o sofrimento.

Um dos exemplos citados foi o tratamento do alcoolismo. Ro-

drigues contou que, ao longo de sua trajetória, observou a dificuldade de pacientes que desejavam interromper o consumo, mas não conseguiam controlar a compulsão. Foi nesse contexto que passou a observar a experiência dos Alcoólicos Anônimos e seus 12 passos. Na avaliação do psiquiatra, a referência a um “poder superior” introduzia uma dimensão que a formação acadêmica

tradicional nem sempre incorporava ao cuidado. Ele ressalta, porém, que utiliza medicamentos quando há indicação clínica e que a espiritualidade aparece, em sua abordagem, como uma dimensão adicional do indivíduo.

A discussão avançou para o campo da pesquisa da consciência. Rute Pinheiro relatou que o interesse pela conscienciologia antecedeu sua formação em psi-

cobiologia e neurociências. Bióloga de formação, ela afirmou que procurava compreender experiências pessoais que não encontravam explicação satisfatória, em sua avaliação, pelas abordagens convencionais. Em 1994, conheceu a conscienciologia e passou a se dedicar ao estudo de fenômenos associados à experiência fora do corpo e a outras percepções classificadas pela área como extrasféricas.

Rute apresentou como um dos fundamentos dessa linha o chamado “princípio da descrença”: em vez de aceitar afirmações apenas pela autoridade de quem as apresenta, a proposta, segundo ela, é experimentar, investigar e confrontar percepções com a própria vivência. A professora diferencia essa abordagem de uma adesão religiosa e sustenta que a conscienciologia busca aplicar métodos de investigação ao estudo da consciência. Essas afirmações, no entanto, foram apresentadas no programa como concepções e experiências dos entrevistados e não equivalem, por si só, a consenso científico sobre a existência de dimensões espirituais.

Propósito de vida é ponto de encontro entre saúde e espiritualidade

No debate, um dos conceitos que aproximou as diferentes formações dos convidados foi o de propósito de vida. Rute argumentou que condições materiais favoráveis não necessariamente impedem quadros de sofrimento emocional e citou o sentido atribuído à própria existência como um elemento relevante para a percepção de qualidade de vida. “O que eu vim fazer aqui? Qual é a minha programação de vida? O que é que eu vim fazer nessa vida física?”, questionou durante o programa.

Sua pesquisa de mestrado

também foi apresentada como resultado dessa tentativa de aproximar experiência subjetiva e investigação. Rute disse ter pesquisado o chamado “estado vibracional” em busca de correlatos neurofisiológicos. Segundo sua descrição, trata-se de uma técnica de mobilização de energia pelo corpo que, dentro da conscienciologia, é utilizada para ampliar a percepção e o domínio sobre estados considerados energéticos. A pesquisadora relatou experiências pessoais com a prática e defendeu que fenômenos dessa natureza sejam submetidos a estudo e obser-

vação, em vez de simplesmente aceitos ou rejeitados.

Rodrigues, por sua vez, associou propósito e espiritualidade à maneira como cada pessoa organiza valores e prioridades. Para o psiquiatra, o desenvolvimento material não deveria ser a única referência para medir progresso individual. Sua concepção é influenciada pelo cristianismo e pela ideia de continuidade da existência para além da morte biológica. Durante a entrevista, ele também relacionou essa perspectiva a princípios de solidariedade, dignidade humana e responsabilidade nas rela-

ções sociais.

A discussão chegou ainda ao cotidiano. Questionados por Elias Luz sobre como conciliar trabalho, família e problemas diários com a busca por uma “consciência expandida”, os convidados apontaram caminhos distintos, mas convergentes no investimento pessoal. Rodrigues defendeu uma orientação baseada em valores espirituais e no auxílio ao próximo. Rute colocou a auto-organização, o autoconhecimento e a avaliação das próprias habilidades e limitações no centro desse processo.

Autoconhecimento e responsabilidade pessoal são apontados como caminhos

Na reta final do Conexão Saúde, o debate se voltou à procura crescente por autoconhecimento em um cenário marcado, segundo os participantes, por conflitos, excesso de informação e dificuldades nas relações pessoais. Rute chamou atenção para a disputa pela atenção provocada pelas redes sociais e comparou comportamentos compulsivos ligados às plataformas digitais e às apostas a outros padrões de dependência.

Para ela, memória, atenção, vontade, associação de ideias e discernimento precisam ser exercitados para que o indivíduo consiga avaliar melhor as informações e decisões do cotidiano.

Ao falar de responsabilidade pessoal, a professora defendeu que mudanças coletivas começam por transformações individuais. A proposta inclui observar os próprios comportamentos, reconhecer características que

precisam ser modificadas e fortalecer habilidades já desenvolvidas. Ela também apresentou o voluntariado como instrumento de contribuição social e de construção de sentido, inclusive em ações simples, como oferecer companhia a pessoas que enfrentam solidão.

Rodrigues encerrou sua participação recomendando que pessoas que sentem um vazio existencial procurem espaços capa-

zes de ajudá-las a refletir sobre o sentido da vida. Segundo ele, essa busca pode ocorrer em uma igreja, universidade, curso ou outro ambiente que estimule a reflexão. “Procurar encontrar um sentido da vida. Por que estamos vivendo? Por que a vida?”, afirmou.

Rute resumiu sua orientação pela máxima do autoconhecimento. Além de buscar informações e formação, recomendou que o público evite o consumo au-

tomático de conteúdos digitais e utilize a internet para ampliar conhecimento. Para ela, investir na própria cognição e na capacidade de analisar fatos pode contribuir para decisões mais equilibradas. A mensagem que encerrou o encontro colocou a transformação individual como ponto de partida: conhecer a si próprio, qualificar habilidades e utilizar esse desenvolvimento para melhorar as relações com quem está ao redor. ●

Chapa única encaminha novo mandato de 4 anos para Roberto Serquiz na Fiern

Presidente da Federação das Indústrias do RN concorrerá sem adversário à eleição de 12 de novembro; composição para 2027-2031 mantém núcleo da atual gestão, amplia espaço da construção civil e promove mudanças em postos da diretoria



Roberto Serquiz, presidente da Fiem, será reconduzido a um novo mandato, mostrando eficiência na gestão empresarial

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (Fiern), Roberto Serquiz, encaminhou sua permanência no comando da principal entidade representativa da indústria potiguar por mais quatro anos. Encerrado o prazo de inscrições, apenas uma chapa foi registrada para a eleição da Federação, marcada para 12 de novembro. O novo mandato terá início em 31 de outubro de 2027 e seguirá até 30 de outubro de 2031, conforme aviso da Comissão Eleitoral.

A ausência de uma candidatura concorrente reduz a eleição a uma etapa de formalização da escolha do próximo comando da entidade e sinaliza a manutenção do entendimento entre os sindicatos que integram a Fiem. O cenário repete, em parte, o processo que levou Serquiz à presidência pela primeira vez. Em novembro de 2022, ele também encabeçou chapa única e recebeu todos os votos válidos dos representantes dos 30 sindicatos filiados à Fiem.

A composição registrada para o próximo mandato preserva boa parte do núcleo que assumiu a Fiem em 2023, mas faz alterações em posições da diretoria. Francisco Vilmar Pereira permanece como primeiro vice-presidente. Continuam entre os vice-presidentes Edilson Batista da Trindade, Ednaldo Mendonça Barreto, Pedro Augusto da Escóssia Chaves, Sílvio Torquato Fernandes, Maria da Conceição Rebouças Duarte Tavares e Marcelo Caetano Rosado Maia Batista.

A principal novidade nesse grupo é Sérgio Henrique Andrade de Azevedo, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio Grande do Norte (Sinduscon-RN). Sua entrada ocor-

re em um momento de ampliação da participação institucional do dirigente no setor. Em agosto, Sérgio Azevedo assumiu uma das vice-presidências da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) para o triênio 2026-2029. Antes disso, havia integrado o Conselho de Administração da

entidade nacional como suplente.

A presença do presidente do Sinduscon-RN entre os vice-presidentes amplia formalmente o espaço da construção civil no primeiro escalão da Fiem. Azevedo já vinha participando das articulações institucionais da Fiem. Em agosto, por exemplo,

integrou uma reunião entre a Federação e a Assembleia Legislativa para discutir propostas relacionadas a infraestrutura, ambiente regulatório, competitividade e desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte.

Outra alteração ocorre na secretaria. Pedro Alcântara Rêgo de

Lima passa de suplente da diretoria, posição que ocupa no mandato atual, para primeiro secretário. Empresário ligado ao Grupo 3co-orações, Pedro Lima já participou de agendas da Fiem e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e recebeu, em 2019, a Ordem do Mérito Industrial da CNI.

O atual primeiro secretário, Heyder de Almeida Dantas, deixa a diretoria efetiva. Na chapa para 2027-2031, aparece como suplente da delegação representativa da Fiem junto à Confederação Nacional da Indústria (CNI), ao lado de Sílvio de Araújo Bezerra. Os titulares da representação na CNI continuam sendo Roberto Serquiz e o ex-presidente da Federação Amaro Sales de Araújo.

Também deixa o grupo de vice-presidentes Gabriel Calzavara de Araújo, que integra a atual administração. Etelvino Patrício de Medeiros permanece como segundo secretário. Na área financeira, Djalma Barbosa da Cunha Júnior passa a primeiro tesoureiro e Ailton Paulo Torres assume como segundo tesoureiro. A chapa tem ainda 13 suplentes para a diretoria.

Continuidade preserva agenda iniciada em 2023

A provável recondução prolongará até 2031 um ciclo iniciado formalmente em outubro de 2023. Serquiz assumiu a Fiem sucedendo Amaro Sales e estabeleceu como linhas de atuação a formulação de uma política industrial para o Estado, o desenvolvimento sindical, o fortalecimento dos conselhos e comissões temáticas, a agenda legislativa e a atuação do Observatório da Indústria Mais RN, além da integração entre Fiem, Sesi, Senai e IEL.

Desde o início do mandato,

Serquiz tem colocado a competitividade do Rio Grande do Norte e a interlocução do setor produtivo com o poder público entre as prioridades da Federação. Na posse, em 2023, defendeu uma aliança entre governo, poderes, sociedade e iniciativa privada para melhorar as condições de desenvolvimento econômico do Estado.

A agenda continua presente nas ações recentes. Em agosto deste ano, a Fiem apresentou à Assembleia Legislativa propos-

tas relacionadas ao desenvolvimento econômico, com iniciativas nas áreas de infraestrutura e regulação. Na ocasião, Serquiz afirmou que o aproveitamento das riquezas do Estado depende do fortalecimento da atividade industrial.

A atuação também passou por uma aproximação com os municípios. Em março, ao participar de evento da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (Femurn), Serquiz afirmou que a Fiem havia ampliado

a relação com as administrações municipais durante os primeiros dois anos e quatro meses de sua gestão, inclusive em temas como descentralização do licenciamento ambiental.

A chapa única indica que esse conjunto de diretrizes deverá atravessar a mudança de mandato sem ruptura no comando. A composição mantém dirigentes da gestão atual, ao mesmo tempo que redistribui posições entre representantes dos diferentes segmentos industriais.

Eleição será realizada somente em 12 de novembro

Apesar de a existência de uma única chapa encaminhar politicamente a recondução, o processo eleitoral ainda precisa cumprir as etapas previstas no regulamento da Fiem. O pleito está marcado para 12 de novembro de 2026 e definirá, além da diretoria, os integrantes do Conselho Fiscal e os representantes da Federação junto à CNI para o período de 2027 a 2031.

O Conselho Fiscal terá como titulares Ivanaldo Maia de Oliveira, Jaedson Dantas e Gustavo Henrique Calafange Motta. Os

suplentes serão Tennyson Brito Holder da Silva, Euzébio de Assis Torres Júnior e Eduardo Abbott Galvão Serejo.

O aviso de registro da chapa foi assinado pela presidente da Comissão Eleitoral, Gabriella de Melo Souza Rodrigues Rebouças, e pelas integrantes Maria da Conceição de Miranda e Caroline Ferreira de Oliveira. O documento informa que o processo eleitoral havia sido convocado por edital cujo aviso resumido foi publicado em 11 de agosto no

Diário Oficial do Estado e nos principais meios de comunicação do Estado.

O calendário ainda prevê prazo para eventuais impugnações de candidaturas. Os questionamentos podem ser apresentados durante cinco dias consecutivos a partir da publicação do aviso, com encerramento em 14 de setembro. A impugnação deve ser feita por escrito, identificar o candidato questionado, apontar o dispositivo que teria sido violado e apresentar as respectivas provas.

Superada essa fase e mantida a chapa única, a votação de novembro deverá confirmar a continuidade de Roberto Serquiz à frente da Fiem. Caso eleito, ele chegará ao fim do segundo mandato, em outubro de 2031, depois de oito anos consecutivos na presidência. O desenho da chapa indica que a próxima administração deverá combinar a preservação da estrutura política construída desde 2023 com a incorporação de novas lideranças a postos de maior influência dentro da Federação. ●

Justiça Eleitoral manda Cadu de Lula apagar vídeo com ataques a Allyson

Decisão afirma que petista atribuiu ao TRE declaração que a Corte não fez e proíbe repetição dos termos “mentiroso”, “jogo sujo” e “suspeito de desviar milhões”

A Justiça Eleitoral determinou, nesta terça-feira 8, que o candidato ao Governo do Rio Grande do Norte Cadu de Lula (PT) retire imediatamente do Instagram um vídeo com ataques ao adversário Allyson Bezerra (União). A decisão também proíbe Cadu de publicar ou impulsionar novos conteúdos que repitam as acusações consideradas indevidas.

A liminar foi concedida pelo desembargador eleitoral João Afonso Moraes Pordeus, do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN), em representação apresentada por Allyson. O magistrado estabeleceu multa de R\$ 5 mil para cada veiculação feita depois da ciência da ordem

judicial, limitada inicialmente a R\$ 30 mil. A mídia deverá ser preservada para instruir o processo. No fim da tarde desta terça-feira, a ordem já havia sido cumprida.

O vídeo foi publicado por Cadu depois que a Justiça Eleitoral suspendeu uma propaganda da campanha de Allyson. A peça retirada do rádio e da televisão afirmava que o petista havia “assinado o aumento do próprio salário”, atribuía à medida um impacto de R\$ 13 milhões e associava o episódio à investigação sobre a compra de respiradores durante a pandemia.

Na gravação, Cadu comemorou a decisão e afirmou que o TRE havia reconhecido que Allyson era “mentiroso” e fazia “jogo sujo”. Cadu também relacionou o adversário à Operação Mederi, investigação sobre contratos da saúde em Mossoró. No vídeo, afirmou que Allyson tentava colocá-lo “no lugar que é dele: de suspeito por corrupção, suspeito de desviar milhões da saúde de Mossoró”.

Ao analisar o conteúdo, o desembargador ressaltou que a primeira decisão não examinou a honestidade pessoal de Allyson nem declarou que o candidato era mentiroso ou praticava jogo sujo. A liminar anterior tratou exclusivamente da forma como



Candidato Allyson Bezerra (União)

a propaganda apresentou a participação de Cadu em uma medida administrativa relacionada à remuneração dos auditores fiscais estaduais.

“Em nenhum momento aquela decisão examinou ou qualificou a honestidade pessoal do ora representante, tampouco declarou que ele é ‘mentiroso’ ou que pratica ‘jogo sujo’”, escreveu o magistrado. Segundo ele, a primeira decisão limitou-se a reconhecer, em análise preliminar, a descon-



Adversário Cadu de Lula (PT)

textualização de uma questão financeira específica.

Para o desembargador, ao dizer que “o TRE acaba de reconhecer” que Allyson é “mentiroso” e “faz jogo sujo”, Cadu atribuiu à Justiça Eleitoral uma conclusão que não consta da decisão. A afirmação, de acordo com o magistrado, poderia induzir os eleitores a uma compreensão incorreta sobre a manifestação do Judiciário.

“A afirmação constante do vídeo não encontra corres-

pondência no conteúdo da decisão invocada como fundamento, constituindo atribuição a ato desta Justiça Eleitoral de teor que ele objetivamente não possui”, registrou. O magistrado acrescentou que a conduta possui “especial gravidade por induzir o eleitor a erro sobre manifestação do Poder Judiciário”.

A liminar também alcançou as declarações relacionadas às investigações sobre a saúde de Mossoró. Segundo o desembargador, expressões como “suspeito por corrupção” e “suspeito de desviar milhões” foram dirigidas pessoalmente a Allyson sem a indicação de uma imputação formal correspondente.

Na avaliação do magistrado, as frases ultrapassaram os limites da crítica político-administrativa e atingiram a honra do candidato. O conteúdo transmitiria ao eleitor a existência de uma responsabilização que, conforme os elementos disponíveis nesta fase inicial do processo, ainda não ocorreu.

A liminar é provisória e ainda será analisada no julgamento definitivo da representação. Cadu terá prazo de dois dias para apresentar defesa. Depois disso, a Procuradoria Regional Eleitoral será chamada a se manifestar no processo. ●

Eleições 2026

Sem-teto candidata a governadora propõe que prédios abandonados virem moradias

Candidata ao Governo do Rio Grande do Norte pelo partido Unidade Popular, a sem-teto Arinalda do MLB defende a transformação de prédios públicos desocupados em moradias populares. Diarista e integrante do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), ela afirma que o Estado dispõe de imóveis sem utilização que poderiam ser destinados às famílias de baixa renda.

“Se, de fato, o governo quisesse fazer, ele poderia, sim. Teria condições de fazer moradia para a população mais carente, para a população que realmente precisa”, afirmou. A candidata não detalhou quais prédios poderiam ser convertidos, quantas famílias seriam atendidas nem de onde sai-

riam os recursos para as reformas.

Arinalda argumentou que o número de imóveis desocupados no Estado contrasta com a quantidade de famílias sem acesso à casa própria. “Existem mais prédios desocupados do que pessoas sem casa. Essa é a pergunta que a gente faz: por que os governantes não olham para o seu povo?”, declarou.

A candidata também defendeu as ocupações organizadas por movimentos de moradia, como o MLB. Segundo ela, a entrada de famílias em terrenos e edifícios abandonados é resultado da falta de alternativas oferecidas pelo poder público e dos custos elevados do aluguel para quem vive com renda baixa.

“Enquanto tiver terreno para

ocupar, a gente está ocupando. Enquanto tiver prédios desocupados, estamos ocupando, porque nesses lugares a gente está dando vida”, disse. Para Arinalda, a prioridade deve ser garantir que as famílias tenham um espaço seguro para morar em vez de permanecerem nas ruas ou em habitações precárias.

Coordenadora nacional do MLB, Arinalda afirmou que a atuação do movimento busca organizar famílias sem teto e pressionar o poder público pela execução de políticas habitacionais. Ela classificou a moradia como um direito previsto na Constituição e disse que sua efetivação depende de vontade política.

“O Movimento de Luta nos



Candidata Arinalda do MLB (UP)

Bairros, Vilas e Favelas constrói essa luta diariamente, junto com a Unidade Popular, pela necessidade de a gente ter uma moradia”, afirmou. A candidata apresentou a redução da dependência do aluguel como um dos objetivos centrais da proposta.

Esta é a primeira eleição disputada por Arinalda. Aos

46 anos, ela se apresenta como diarista, mãe, avó, militante da Unidade Popular e moradora de ocupação. Disse que passou a maior parte da vida em comunidades populares de Natal e que conhece diretamente as dificuldades enfrentadas pelas famílias sem casa própria.

“Eu estou falando com você aqui, mas eu não tenho moradia. Eu moro em ocupação e passei a minha vida inteira morando nas grandes comunidades do Rio Grande do Norte, aqui em Natal mesmo”, relatou.

Ela afirmou que foi escolhida pela Unidade Popular para representar segmentos sociais que, segundo sua avaliação, têm pouco espaço na política institucional, especialmente mulheres negras, trabalhadoras domésticas e moradoras de ocupações.

“Na verdade, eu fui escolhida pelo Partido da Unidade Popular, porque eles viram em mim uma expectativa para as mulheres negras, moradoras de ocupação, que trabalham domesticamente”, declarou. ●

Superlotação em presídios leva Justiça a antecipar progressões

Medida poderá antecipar em alguns dias a mudança de regime de presos que atendam aos requisitos legais; 56% das unidades potiguares operam com ocupação acima de 120% da capacidade

Mais da metade das unidades prisionais do Rio Grande do Norte funciona com ocupação superior a 120% da capacidade, enquanto o Estado mantém 14.686 pessoas privadas de liberdade em 18 estabelecimentos. Diante da superlotação, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) estabeleceu novas orientações para que magistrados utilizem mecanismos como a progressão antecipada de regime e o livramento condicional na administração das vagas do sistema penitenciário.

As medidas estão previstas na Nota Técnica nº 001/2026 e na Portaria Conjunta nº 29/2026, editadas pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF/TJRN). A proposta é ajustar gradualmente a quantidade de presos às vagas efetivamente existentes, sem modificar os requisitos previstos na Lei de Execução Penal (LEP).

Segundo o GMF, a antecipação não será automática nem concedida de forma generalizada. Cada situação deverá ser analisada individualmente pela Justiça, levando em consideração o tempo de cumprimento da pena, o histórico disciplinar, a ausência de faltas graves recentes e o não pertencimento comprovado a estruturas do crime organizado.

“Não se trata de desencarceramento genérico ou desregrado, o que configuraria ilicitude, mas sim de uma gestão orientada pela legalidade e pelo controle rigoroso de vaga judicializada”, afirmou a coordenadora-geral do GMF/TJRN, juíza Sulamita Pacheco.

56% dos presídios têm superlotação

O problema da falta de vagas também aparece no primei-



Cada situação deverá ser analisada individualmente pela Justiça, levando em consideração o tempo de cumprimento da pena

ro diagnóstico nacional sobre habitabilidade do sistema prisional, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No Rio Grande do Norte, 56% das prisões avaliadas operam com ocupação superior a 120% da capacidade. Desse total, 39% estão em situação considerada de superlotação crítica, acima de 137,5% da capacidade, enquanto outros 17% apresentam ocupação entre 120% e 137,5%.

O levantamento avaliou 1.738 unidades prisionais em todo o País, por meio de inspeções realizadas por 996 magistrados a partir de outubro de 2025. Em âmbito nacional, 66,7% dos estabelecimentos avaliados apresentaram ocupação superior a 100% da capacidade. Em 28%, a lotação ultrapassou 137,5%.

A situação potiguar também aparece nos dados da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (Seap). Segundo a pasta, o RN possui atualmente 14.686 pessoas privadas de liberdade distribuídas em 18 unidades. Desse contingente, 3.288 são presos provisórios, que ainda aguardam julgamento definitivo.

A Seap reconhece que permanece um déficit de vagas no Estado, embora afirme que o problema foi reduzido nos últimos anos com a construção de novos pavilhões e a ampliação da capacidade de unidades existentes. A secretaria informou que ainda consolida o número atualizado de vagas em falta.

“O quantitativo atualizado desse déficit depende da consolidação dos dados mais recentes

de ocupação”, informou a pasta.

Os dados utilizados pelo próprio GMF para elaborar as novas orientações também mostram situações mais graves em estabelecimentos específicos. De acordo com informações do Observatório Prisional Estratégico (OPE), há unidades do Rio Grande do Norte com excedente populacional superior a 260%.

Para o Judiciário, manter estabelecimentos muito acima da capacidade dificulta a prestação de serviços básicos aos presos, incluindo atendimento de saúde, escolarização, qualificação profissional e atividades de trabalho que podem resultar em remição da pena. A superlotação também afeta a classificação dos custodiados e as condições de segurança.

“A sobrepopulação prisional gera instabilidade severa e destrutura o ambiente penitenciário, fragilizando o controle estatal e criando um cenário favorável ao aliciamento e à expansão de organizações criminosas no interior e exterior do sistema”, afirmou Sulamita Pacheco.

O diagnóstico nacional do CNJ apresenta conclusão semelhante. Segundo o relatório, a superlotação produz efeitos sobre abastecimento de água, higiene, alimentação, assistência à saúde, controle de vetores e segurança. O documento também relaciona a precariedade das prisões à capacidade de organizações criminosas de recrutar integrantes e exercer influência dentro dos estabelecimentos.

Além da falta de vagas, o levantamento encontrou proble-

mas estruturais nas prisões brasileiras. Mais de 80% das unidades avaliadas não possuem alvará de funcionamento, quatro em cada dez funcionam sem laudo do Corpo de Bombeiros e aproximadamente 20% não dispõem de extintores de incêndio. Apenas um terço oferece abastecimento pleno de água para consumo, segundo o diagnóstico.

Apesar da situação de superlotação, o TJRN afirma que a nova orientação não significa liberação indiscriminada de presos. O benefício continuará condicionado aos critérios estabelecidos pela legislação e à decisão do magistrado responsável pela execução da pena.

Segundo Sulamita, também não haverá mudança no tempo de pena exigido pela legislação. O mecanismo permitirá apenas uma antecipação pontual e fracionada da progressão, que pode representar questão de dias em relação à data na qual o preso alcançaria normalmente o benefício.

“É preciso destacar que o Poder Judiciário não beneficiará quem não preencha os estritos requisitos da Lei de Execução Penal. Não há alteração de critérios legais, mas tão somente a antecipação pontual e fracionada da progressão — em questão de dias — utilizada como ferramenta de inteligência e gestão operacional de vagas”, explicou.

Os presos que receberem o benefício deverão ser encaminhados para redes de acompanhamento e reinserção. Entre as estruturas previstas estão os Es-

critérios Sociais, o projeto Emprega Lab e a Central Integrada de Alternativas Penais (CIAP).

Modelo foi testado em Mossoró

A aplicação da progressão antecipada já foi testada pela 3ª Vara Regional de Execução Penal de Mossoró. Segundo o GMF, a experiência contribuiu para reduzir o excedente de presos e teve adesão dos apenados a programas educacionais e de empregabilidade, sem indicadores de elevação das taxas de criminalidade na região.

A medida faz parte da implementação da Central de Regulação de Vagas (CRV), mecanismo destinado a controlar continuamente as entradas e saídas do sistema penitenciário. A proposta é impedir que unidades continuem recebendo presos indefinidamente mesmo quando já estiverem acima de sua capacidade. As ações integram as diretrizes do Plano Pena Justa, elaborado após o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhecer um “estado de coisas inconstitucional” no sistema prisional brasileiro. O plano é coordenado pelo CNJ e busca enfrentar problemas como superlotação e precariedade das condições de custódia.

Superlotação afeta policiais penais

Outro ponto considerado pela Portaria Conjunta nº 29/2026 são as condições de trabalho dos policiais penais. Segundo o GMF, a concentração de presos acima da capacidade das unidades aumenta a sobrecarga e os riscos enfrentados pelos servidores.

“O trabalho em ambientes saturados gera desgaste físico e psicológico extremo aos policiais penais”, afirmou Sulamita. De acordo com a magistrada, a adequação do número de presos deverá ocorrer em conjunto com outras ações, entre elas expansão de vagas, recomposição do quadro de servidores e ampliação dos programas de reinserção social.

Para o GMF, a redução da superlotação também pode contribuir para diminuir a reincidência criminal. A avaliação é que unidades excessivamente ocupadas têm menor capacidade de oferecer condições para educação, trabalho, tratamento de saúde e preparação dos presos para o retorno ao convívio social. ●

Fachin avalia assumir casos Master e INSS para tentar conter crise no STF

Presidente da Corte também cogita avocar e encerrar inquérito das fake news; ministros defendem apuração das condutas de André Mendonça e Alexandre de Moraes

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, avalia assumir a relatoria dos inquéritos relacionados ao Banco Master e ao INSS, atualmente conduzidos pelo ministro André Mendonça, como parte de uma tentativa de reduzir a crise interna na Corte. Outra medida em estudo seria avocar o inquérito das fake news, hoje sob a responsabilidade de Alexandre de Moraes, antes de determinar o encerramento da investigação.

A estratégia buscava retirar dos dois ministros a condução dos processos que passaram a alimentar o confronto entre eles. Ao centralizar os casos na Presidência, Fachin tentaria restabelecer o controle institucional e impedir que novas decisões individuais ampliem a disputa dentro do Supremo.

A eventual mudança das relatorias, contudo, não deverá encerrar a discussão sobre as condutas de Moraes e Mendonça. Interlocutores de Fachin afirmam que as acusações levantadas precisam ser investigadas. Se, na semana passada, ainda se cogitava uma solução interna sem a abertura de apurações, essa possibilidade perdeu força diante da escalada do conflito.

A avaliação mudou principalmente por causa da gravidade das acusações trocadas pelos ministros. A controvérsia deixou de se limitar à possível participação de integrantes do STF nos fatos relacionados ao Banco Master. Moraes e Mendonça passaram a atribuir um ao outro condutas que teriam ocorrido à margem da legislação e das regras internas da Corte, supostamente em benefício próprio.

Mendonça defende que Fachin leve ao plenário o pedido de investigação contra Moraes — que, por sua vez, também quer que o colegiado examine a conduta de Mendonça. Os dois movimentos colocaram o presidente do STF sob pressão pa-



Ministro André Mendonça afastou diretor da PF



Presidente do Supremo, ministro Edson Fachin



Moraes é relator do inquérito das fake news

ra oferecer uma resposta institucional à crise.

Na semana passada, Fachin optou por ganhar tempo enquanto tentava construir um acordo entre os integrantes do Tribunal. Ele estabeleceu prazo até o dia 21 para que os envolvidos prestassem informações. Os desdobramentos posteriores, porém, reduziram o espaço para

uma solução negociada.

Uma das alternativas examinadas é submeter ao plenário os pedidos de investigação contra os dois ministros. Nesse cenário, a Corte decidiria publicamente se existem elementos suficientes para a abertura das apurações. Outra possibilidade seria Fachin adotar decisões individuais para reorganizar os processos e dar

uma resposta à sociedade.

A segunda opção envolveria a transferência das relatorias para a Presidência do STF e medidas destinadas a conter o conflito. O objetivo seria pacificar o ambiente institucional antes das eleições, marcadas para menos de um mês, e reduzir os impactos da crise sobre o cenário político.

Fachin costuma evitar deci-

sões tomadas em reação imediata aos acontecimentos. O presidente do Supremo prefere consultar os integrantes da Corte e avaliar previamente as consequências jurídicas e institucionais de cada medida. Pessoas próximas a ele afirmam que a situação exige rapidez, mas também cautela para que a solução seja adotada dentro da legislação.

Cúpula da PF apoia Andrei e entrega cargos a substituto

Os 11 diretores que integram o primeiro escalão da Polícia Federal colocaram seus cargos à disposição de William Murad, que assumiu interinamente a direção-geral após o afastamento de Andrei Rodrigues. Em nota pública, o grupo manifestou apoio a Andrei e ao diretor de Inteligência, Leandro Almada, também atingido pela decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Até então diretor-executivo e número 2 na hierarquia da corporação, Murad passou a comandar a PF provisoriamente. O Palácio do Planalto ainda não definiu se ele será efetivado. Nos bastidores, também é citado o nome da diretora de Gestão de Pessoas, Helena de Rezende. Se escolhida, ela será a primeira mulher a ocupar a direção-geral da Polícia Federal.

“Os diretores da Polícia Federal vêm a público expressar seu total apoio ao diretor-geral, delegado de Polícia Federal Andrei Rodrigues, e ao seu diretor de Inteligência, delegado de Polícia Federal Leandro Almada, diante dos injustificados ataques sofridos pela Polícia Federal”, afirma a nota.

Os signatários também re-



Diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues

jeitaram as suspeitas lançadas sobre a atuação da cúpula da corporação. “Repudiamos toda e qualquer tentativa de imputar a eles ou à Polícia Federal uma atuação não republicana. Tais acusações, desprovidas de fundamento, afrontam a história, a credibilidade e o compromisso institucional que sempre pautaram suas condutas”, declararam.

Ao final, os diretores afirmam que a entrega dos cargos busca deixar o novo comando livre para reorganizar a instituição. “Neste ato, colocamos nossos cargos à disposição do diretor-geral substituto”, registra o documento. To-

dos foram nomeados por Andrei e ocupavam funções de confiança na gestão afastada.

Entre os assinantes está o diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado e à Corrupção, Dennis Cali. A área comandada por ele é responsável pelos inquéritos relacionados ao Banco Master e ao INSS, que estão no centro do conflito entre a Polícia Federal e André Mendonça.

Gilmar pede análise do caso pelo plenário

O ministro Gilmar Mendes, do STF, defendeu que o plenário da Corte, e não a Segunda Turma, analise o afastamento do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, determinado nesta terça-feira 8 por André Mendonça. O magistrado citou o risco de “desequilíbrio da disputa político-eleitoral” provocado pela decisão.

Gilmar pediu vista 11 segundos após o início do julgamento virtual que analisa se a medida de Mendonça deve ser referendada. Apesar da interrupção, a Segunda Turma formou maioria em cerca de dez minutos para man-

ter o afastamento. Nunes Marques e Luiz Fux acompanharam o relator. Dias Toffoli ainda não havia votado até o fechamento desta edição do AGORARN.

Ao justificar o pedido de vista, Gilmar afirmou que o processo foi incluído na pauta menos de uma hora antes da abertura da votação, o que teria impedido a análise completa dos autos. “O que é grave em se tratando de uma medida cautelar que afasta das suas funções o dirigente máximo da Polícia Federal”, declarou.

O ministro também questionou o fato de a decisão ter sido tomada a partir de um pedido apresentado pelo Novo e criticou a distribuição de incidentes ligados à mesma investigação entre colegiados diferentes. Segundo ele, se o caso envolve atos atribuídos a um integrante do Supremo, a competência para examiná-los seria do plenário.

Gilmar mencionou ainda o entendimento de que o Estado deve manter neutralidade em relação a partidos e candidatos. Para o decano, decisões com potencial para interferir na igualdade da disputa eleitoral precisam ser submetidas ao conjunto dos ministros da Corte. ●

Escapada

Detento foge de Alcaçuz durante obra

Preso Anderson Stallone Flores dos Santos, de 38 anos, fugiu da Penitenciária Estadual de Alcaçuz, em Nísia Floresta, na Grande Natal, às 13h31 desta terça-feira, 8. Segundo a Secretaria da Administração Penitenciária do Rio Grande do Norte (Seap), ele estava custodiado na unidade desde dezembro de 2025. Até a última atualização, não havia informação sobre sua recaptura.

A hipótese inicial da Seap é de que Anderson tenha aproveitado a estrutura utilizada na obra de ampliação do módulo de saúde para deixar o presídio. O interno teria alcançado uma parede e transposto duas linhas de concertina instaladas sobre a muralha. As circunstâncias da fuga ainda serão apuradas pela administração penitenciária.

Logo após a identificação da ocorrência, equipes da Polícia Penal e de outras forças de segurança foram mobilizadas para realizar buscas nas proximidades do complexo. O helicóptero Potiguar 01 também foi empregado na operação, com sobrevoos em áreas de mata próximas à penitenciária. As diligências seguem com o objetivo de localizar e recapturar o fugitivo.

A fuga ocorre em um ano marcado por outros episódios no Complexo de Alcaçuz. Em 31 de julho, 11 detentos deixaram a Penitenciária Estadual Rogério Coutinho Madruga após abrirem uma passagem na estrutura de uma cela e alcançarem a área externa. Em maio, outros cinco internos haviam escapado da própria Penitenciária de Alcaçuz. A ocorrência interrompeu um período de quase cinco anos sem fugas naquela unidade. ●



Anderson é procurado pela polícia

CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL

A PETRORECONCAVO S/A, CNPJ 03.342.704/0004-83, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a seguinte licença:

- **Renovação de Licença de Operação Nº 2025-229876/TEC/RLO-0007**, com validade até 04/09/2029, para 04 (quatro) acessos aos poços petrolíferos de códigos início MV-02-CAC, término com ao poço 1-CAC-0001-RN, com 3.247,22 metros; início 1-CAC-0001-RN, término com ao poço 3-CAC-0002-RN, com 1.018,03 metros; início 7-CAC-0023D-RN, término com ao poço 4-CAC-0016-RN, com 3.007,68 metros e início MV-01-CAC, término com ao poço 7-CAC-0018-RN, com 487,40 metros, localizados no Campo de Produção de Cachoeirinha (CAC), Município de Caraúbas/RN.

WELLITON GOMES CHAVES
Gerente administrativo/Financeiro

CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

POSTO CIDADE I LTDA, CNPJ: 00.822.313/0001-25, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – Idema a Renovação de Licença de Operação, com prazo de validade até 04/09/2032, em favor do empreendimento **Posto de revenda de combustíveis líquidos, com capacidade total de armazenamento de 60,00 m³ (sessenta metros cúbicos), com área total de 1.582,27 m²**, localizado na **R Padre Benedito Alves, n 45, Centro, CEP: 59.700-000, Apodi/RN.**

Maria Neide Freire de Araujo – Sócio-Administrador

CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL

CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA, CNPJ: 04.473.008/0001-26, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA as seguintes licenças:

- **Licença de Operação (LO)** com prazo de validade até 03/09/2032 para a extração das substâncias minerais Quartzo e Feldspato, em uma área de 3,24 hectares, com volume de extração de 1000m³/mês, localizado no Sítio Tapera, Zona Rural do Município de Lajes Pintadas/RN, sob o Processo ANM: 848.189/2013;
- **Renovação de Licença de Operação (RLO)** com prazo de validade até 08/09/2032 para a extração da substância mineral Feldspato, em uma área de 2,88 hectares, com volume de extração de 600m³/mês, localizado no Sítio Morcego, Zona Rural do Município de Lajes Pintadas/RN, sob o Processo ANM: 848.025/1998;

João Leal Eulálio - Administrador

CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

NOBLE EARTH LTDA, CNPJ: 58.441.987/0001-60, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a **Renovação de Licença Simplificada** para a extração da substância mineral Caulim, em uma área de 4,12 hectares, com volume de extração de 1000m³/mês, localizado no Sítio Jacu, Zona Rural do Município de Equador/RN, sob o Processo ANM: 848.166/2021.

Lillyan Maria Camelo Leal Eulálio - Diretora

CONCESSÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

COM E IND DE ALIMENTOS GRANDELI LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.604.614/0001-36, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a Licença de Operação nº 2025-247601/TEC/LO-0275, com validade até 01/09/2032, para a **Unidade de fabricação de produtos alimentícios (açai, creme de cupuaçu, sorvete e granola)** localizada na **Rod. BR 101, KM 113, Taborda, Município de São José de Mipibu/RN.**

Bruno César Brandão de Sousa
Sócio-Administrador

COFFITO

EDITAL DE AVISO DE REGISTRO DE CHAPAS

A COMISSÃO ELEITORAL DO CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 22ª REGIÃO - CREFITO-22, devidamente constituída conforme a Portaria-COFFITO nº 78/2026, publicada no Diário Oficial da União em 14/7/2026, Edição 130, Seção 2, Página 82, nos termos do art. 12 da Resolução-COFFITO nº 608/2025, torna público o requerimento de inscrição de Chapa, a saber: Chapa denominada “RN por inteiro”, doravante chamada Chapa nº 1, protocolo nº 028467/2026, realizado em 25/8/2026, às 15h40, com 350 (trezentas e cinquenta folhas), cujos integrantes são: FRANCISCA REGO OLIVEIRA DE ARAUJO, CREFITO nº 7773-F; LEILIANE HELENA GOMES, CREFITO nº 5718-TO; ELISA SONEHARA DE MORAIS, CREFITO nº 9668-F; AURELAN GEOCARDE RIBEIRO DE ARAUJO, CREFITO nº 19259-F; MARCELO CARDOSO DE SOUZA, CREFITO nº 92975-F; DIMITRI TAURINO GUEDES, CREFITO nº 46816-F; IVANNA TRICIA GONÇALVES FERNANDES, CREFITO nº 256659-F; LEIDIANE FERNANDES DE QUEIROZ, CREFITO nº 11174-TO; ERIKA DE LIMA TORREAO, CREFITO nº 12974-TO; JOAO CARLOS LOPES BEZERRA, CREFITO nº 93113-F; JONILSON CARVALHO DE OLIVEIRA JUNIOR, CREFITO nº 35069-F; JONARA CRY S ABREU RAMOS, CREFITO nº 7331-TO; JESSICA FERNANDA DE LUCENA, CREFITO nº 247320-F; ADRIANA GOMES MAGALHAES, CREFITO nº 22843-F; SIRLENE BATISTA CAVALCANTE, CREFITO nº 273784-F; ULANOVA XAVIER COELHO, CREFITO nº 6383-TO; FABIO RICARDO DE OLIVEIRA GALVAO, CREFITO nº 12984TO; MARIA DO SOCORRO LUNA CRUZ, CREFITO nº 11090-F. Na forma do art. 12, § 3º, da Resolução-COFFITO nº 608/2025, qualquer interessado poderá impugnar a inscrição no prazo de três dias úteis, a contar da publicação do presente edital.

Natal/RN, 4 de setembro de 2026.
DRA. WALERIA CRISTINA MIRANDA DE MENDONCA
Presidente da Comissão Eleitoral do CREFITO-22

PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO –RLO

POSTO MACACO LTDA, CNPJ: 13.086.316/0001-90, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a Renovação de Licença de Operação – RLO, **Posto de revenda de combustíveis líquidos (Gasolina Comum, Gasolina Aditivada, Etanol, Diesel S-500 e Diesel S-10) com capacidade total de armazenamento de 90 m³ (noventa metros cúbicos)**, localizada na Av. Bacharel Tomaz Landim, nº 1481,Jardim Lola, Município de São Gonçalo do Amarante/RN.

LUCAS BATISTA DANTAS NETO
DIRETOR

PEDIDO DE LICENÇA PREVIA (LP)

RN PRAGAS SERVIÇOS DE IMUNIZACAO LTDA, CNPJ: 37.881.563/0001-46, torna público que está requerendo do instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA, a **LICENÇA PREVIA LP**, para a serviços de imunização e controle de pragas urbanas, localizado na Rua Olegário Filgueira Leao,120, Rincão, Mossoró/RN.

MARIA JOELMA ALMEIDA DA SILVA JALES - DIRETORA

ANUNCIE AQUI.AGORARN

PUBLICA@AGORARN.COM.BR

3º Cartório de Notas

1ª CRI Natal-RN

EDITAL DE INTIMAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Liane Coelho Fagundes Tavares, Tabeliã do 3º Ofício de Notas e Oficiala da 1ª C.R.I. – Natal/RN, em cumprimento ao Requerimento, oriundo de Bauru/SP, datado de 06/08/2026, em consonância ao § 4º do Art. 26 da Lei nº. 9.514 de 20/11/1997; **INTIMAR**, o(a) Sr(a). **ELIAS PEREIRA DA SILVA JUNIOR CPF: XX.898.224-XX**, na qualidade de parte requerida da dívida relativa ao contrato de financiamento imobiliário nº. **878771527641**, firmado com o(a) Credor(a) Fiduciário(a) aos **28/10/2022**, devidamente registrado sob o ato nº. **R-2/R-3** da matrícula nº. **52.949**, cujas prestações vencidas estarão sujeitas a atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até a data de pagamento, somando-se também, os que vencerem nesse período e demais encargos posicionados até **04/09/2026** que corresponde a **R\$4.437,55** (quatro mil quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos), para que se dirija a esta Serventia e/ou diretamente na Agência, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado, no prazo estipulado de 15 dias, a contar desta publicação, sob pena de consolidação da propriedade fiduciária do imóvel em favor da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF** - CNPJ nº. 00.360.305/0001-04, nos termos do §7, do Art. 26, da Lei 9.514/97.

Natal/RN, em 04/09/2026.

Poder Judiciário do RN
Selo Digital de Fiscalização
RN2026009496110041936RCE
Confira em: <https://selodigital.tjrn.br>

Helaine Câmara Silva
Escrevente Autorizada

Liane Coelho Fagundes Tavares
Tabeliã e Registradora Pública
Largo Junqueira Aires, 532
Cidade Alta, Natal - RN, 59025-275
(84) 3211-4661
www.3cartorionatal.com.br

3º Cartório de Notas

1ª CRI Natal-RN

EDITAL DE INTIMAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Liane Coelho Fagundes Tavares, Tabeliã do 3º Ofício de Notas e Oficiala da 1ª C.R.I. – Natal/RN, em cumprimento ao Requerimento, oriundo de São Paulo/SP, datado de 21/07/2026, em consonância ao § 4º do Art. 26 da Lei nº. 9.514 de 20/11/1997; **INTIMAR**, o(a) Sr(a). **GEYSA DIAS FREITAS CPF: XXX.534.824-XX**, na qualidade de parte requerida da dívida relativa a Cédula de crédito imobiliário – CCI nº. **5080473** - Série: **00.1700**, firmado com o(a) Credor(a) Fiduciário(a) aos **13/03/2025**, devidamente registrado sob os atos nºs. **R-3/R-4** da matrícula nº. **60.763**, cujas prestações vencidas estarão sujeitas a atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até a data de pagamento, somando-se também, os que vencerem nesse período e demais encargos posicionados até **04/09/2026** que corresponde a **R\$60.848,11** (sessenta mil oitocentos e quarenta e oito reais e onze centavos), para que se dirija a esta Serventia e/ou diretamente na Agência, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado, no prazo estipulado de 15 dias, a contar desta publicação, sob pena de consolidação da propriedade fiduciária do imóvel em favor da **RIZA SECURITIZADORA S/A** - CNPJ nº. 08.769.451/0001-08, nos termos do §7, do Art. 26, da Lei 9.514/97.

O referido é verdade e dou fé.
Natal/RN, em 04/09/2026.

Poder Judiciário do RN
Selo Digital de Fiscalização
RN2026009496110038543AVI
Confira em: <https://selodigital.tjrn.br>

Helaine Câmara Silva
Escrevente Autorizada

Liane Coelho Fagundes Tavares
Tabeliã e Registradora Pública
Largo Junqueira Aires, 532
Cidade Alta, Natal - RN, 59025-275
(84) 3211-4661
www.3cartorionatal.com.br

3º Cartório de Notas

1ª CRI Natal-RN

EDITAL DE INTIMAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Liane Coelho Fagundes Tavares, Tabeliã do 3º Ofício de Notas e Oficiala da 1ª C.R.I. – Natal/RN, em cumprimento ao Requerimento, oriundo de Bauru/SP, datado de 10/08/2026, em consonância ao § 4º do Art. 26 da Lei nº. 9.514 de 20/11/1997; **INTIMAR**, o(a) Sr(a). **SERGIO ALEXSANDRO FERNANDES DE OLIVEIRA CPF: XX.213.934-XX**, na qualidade de parte requerida da dívida relativa ao contrato de financiamento imobiliário nº. **878771393030**, firmado com o(a) Credor(a) Fiduciário(a) aos **12/05/2022**, devidamente registrado sob o ato nº. **R-1/R-2** da matrícula nº. **53.576**, cujas prestações vencidas estarão sujeitas a atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até a data de pagamento, somandose também, os que vencerem nesse período e demais encargos posicionados até **04/09/2026** que corresponde a **R\$14.084,82** (quatorze mil e oitenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), para que se dirija a esta Serventia e/ou diretamente na Agência, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado, no prazo estipulado de 15 dias, a contar desta publicação, sob pena de consolidação da propriedade fiduciária do imóvel em favor da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF** - CNPJ nº. 00.360.305/0001-04, nos termos do §7, do Art. 26, da Lei 9.514/97.

Natal/RN, em 04/09/2026.

Poder Judiciário do RN
Selo Digital de Fiscalização
RN2026009496110040810LWM
Confira em: <https://selodigital.tjrn.br>

Helaine Câmara Silva
Escrevente Autorizada

Liane Coelho Fagundes Tavares
Tabeliã e Registradora Pública
Largo Junqueira Aires, 532
Cidade Alta, Natal - RN, 59025-275
(84) 3211-4661
www.3cartorionatal.com.br

PEDIDO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

CENTRAL EÓLICO CARRASCO, 21.102.461/0001-45, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – Idema a **Licença de Instalação** para o empreendimento Complexo Eólico Carrasco V e VI, localizado no município de Pedro Avelino - RN.

Sérgio Azevedo – Representante Legal

PEDIDO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO

JOC - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, CNPJ 24.894.827/0001-54, torna público que esta Requerendo do Instituto Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – Idema **Licença de Operação - LO** Para um Posto de Combustíveis localizada, **NA RUA LEOPOLDO BRETANO,1907 BAIRRO NOSSA SENHORA DE NAZARE – NATAL/RN.**

FREDERICO FLOR - REPRESENTANTE LEGAL

PEDIDO DE RENOVAÇÃO LICENÇA DE OPERAÇÃO - RLO

MELHOR COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI, CNPJ 36.996.378/0001-34,torna público que esta Requerendo do Instituto Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte–Idema Renovação Licença de Operação-RLO Para um Posto de Combustíveis localizada,NA BR 101,S/N LOTE 032º 4º17 JARDIM PRIMAVERA – SAO JOSE DE MIPIBU/RN.

MANOEL FERNANDO - REPRESENTANTE LEGAL

CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL

A PETRORECONCAVO S/A, CNPJ 03.342.704/0007-26, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA as seguintes licenças:

- **Licença de Operação Nº 2026-256579/TEC/LO-0030**, com validade até 03/09/2029, para 01 (um) poço petrolífero de código 3-CNB-0002-RN, localizado no Campo de Produção Sabiá Bico de Osso (SBO), Município de Assú/RN;

WELLITON GOMES CHAVES
Gerente administrativo/Financeiro

Ecopraça ocupa Vila de Ponta Negra com programação cultural gratuita

Subtítulo: Edição Vila do Futuro será realizada nos dias 12 e 13 de setembro com fórum comunitário, cinema, cortejo, feira, intervenções urbanas e apresentações musicais

O projeto Ecopraça realiza nos dias 12 e 13 de setembro a edição especial “Vila do Futuro – Memória e Imaginação”, na Vila de Ponta Negra, em Natal. Com acesso gratuito, a programação será distribuída por diferentes espaços da comunidade e reunirá atividades culturais, fórum comunitário, cinema, intervenção urbana, cortejo, feira de economia solidária e apresentações musicais.

A proposta é promover uma discussão sobre o futuro da Vila de Ponta Negra a partir das experiências de moradores, trabalha-



Projeto utiliza a cultura como instrumento de encontro e participação, relacionando as transformações da comunidade

dores, artistas e demais pessoas que mantêm relação com o território. O projeto utiliza a cultura como instrumento de encontro e participação, relacionando as transformações da comunidade às suas histórias, manifestações populares e formas de ocupação dos espaços públicos.

As atividades serão realizadas na Praça da Igreja, no Conselho Comunitário, no Figa – Bar e Cultura, na Rua da Cultura e em outros

pontos da Vila de Ponta Negra. A programação descentralizada busca criar um percurso pelo bairro durante os dois dias de evento.

No sábado 12, as atividades começam às 16h, com Yoga na Praça, conduzida pelo Livre Autonomia, na Praça da Igreja. Das 17h às 20h, o Conselho Comunitário recebe o Fórum Vila do Futuro, voltado à conversa e à reflexão sobre o território e suas perspectivas.

À noite, a programação se-

gue no Figa – Bar e Cultura com o Cine Vila do Futuro. Depois da exibição, o espaço recebe apresentações de Angolano, Igapó de Almas e DJ Maya.

O eixo “Memória e Imaginação”, que orienta a edição, parte da preservação das histórias, dos saberes e das relações construídas na Vila de Ponta Negra. A proposta é relacionar essas referências às discussões sobre as mudanças no território e sobre o

futuro da comunidade.

No domingo 13, as atividades começam às 14h com o Cola na Vila. A ação realizará uma intervenção artística em um muro localizado em frente ao Figa, utilizando o espaço urbano para a produção de artes visuais.

Na sequência, o grupo Folia de Rua Potiguar conduz um cortejo pelas ruas da comunidade. A programação terá ainda apresentações do Pastoril Estrela do Amanhã, Protagonistas da Paz, Quadrilha Brejo de Ouro e Bambelô Cajueiro Abalô, reunindo diferentes manifestações da cultura popular.

À noite, o Figa recebe os shows de Iris Lima, Mateus Rabeca convida Mestre Arraia e Luana Flores, da Paraíba. Durante os dois dias, a Feira Popular da Vila também será realizada na Rua da Cultura, com iniciativas ligadas à economia solidária. ●

Serviço

Vila do Futuro – Memória e Imaginação
12 e 13 de setembro de 2026
Vila de Ponta Negra | Natal/RN
Acesso gratuito

Arte

Exposição sobre Claude Monet chega a Natal pela primeira vez

A exposição “Paisagens Impressionistas de Monet” chega a Natal no dia 23 de setembro para uma temporada no Midway Mall. Pela primeira vez no Nordeste, a mostra dedicada ao pintor francês Claude Monet ocupará uma área de 800 m² no piso L1 do shopping, com cenários, projeções, animações e experiências sensoriais inspiradas na trajetória e na obra do artista.

A exposição conta com seis ambientes imersivos e interativos que recriam espaços relacionados à vida de Monet e ao movimento impressionista. O percurso leva o visitante pela Paris do século XIX, passa pelo ateliê do pintor e por um café inspirado nos encontros entre artistas franceses e termina em Giverny, na Normandia, onde Monet viveu por mais de quatro décadas e criou seu conhecido jardim.

A produção é da YDreams Global, responsável também por exposições como “Tarsila para Crianças” e “Eu, Ayrton Senna do Brasil”. A proposta é apresentar a história do pintor por meio de recursos tecnológicos e cenográficos, aproximando sua obra tanto de pessoas que já conhecem o Impressionismo quanto do público que terá o primeiro contato com o movimento.

A visita começa pelo Salão-Ateliê, inspirado no primeiro espaço onde Monet pintava e recebia visitantes. Depois, o público passa pela Rue de Paris, ambiente com calçamento, fachadas e caricaturas cenográficas que reproduzem elementos da capital francesa no século XIX.

O roteiro segue pelo Café dos Impressionistas, que remete aos encontros e debates entre artistas como Claude Monet, Pier-

re-Auguste Renoir, Camille Pissarro e Paul Cézanne. Em outro ambiente, dedicado ao estilo e à técnica, os visitantes poderão observar características presentes nas pinturas de Monet, como pinceladas, uso das cores e diferentes perspectivas.

A etapa final leva o público a Giverny, local onde Monet viveu durante mais de 40 anos. O jardim construído pelo pintor, incluindo a ponte japonesa, tornou-se referência para diversas obras produzidas pelo artista.

Claude Monet nasceu em Paris, em 1840, e tornou-se um dos principais representantes do Impressionismo. O movimento rompeu com convenções da pintura acadêmica e levou artistas a produzir trabalhos ao ar livre, com atenção às paisagens, ao cotidiano e às mudanças provocadas pela incidência da luz.

A obra de Monet ficou co-



“Paisagens Impressionistas de Monet” estreia no Shopping Midway Mall

nhecida especialmente pela tentativa de registrar as diferentes percepções de uma mesma paisagem conforme fatores como luminosidade, horário e condições atmosféricas. O artista morreu em 1926, em Giverny. ●

Serviço

“Paisagens Impressionistas de Monet”
Quando: a partir de 23 de setembro de 2026 - Onde: Midway Mall
bit.ly/ingressosmonetmidway.

Simone Silva

@simonesilvarn

SOCIAL

sim.eventosrn@gmail.com



“ A verdade sempre está nas profundezas do seu coração ”

OS VIVAS DE ARIMAR

Do lado da amada musa Raiana Galvão e dos amores eternos — a mãe Juraci, a irmã Rayana e os filhos Arimarzinho Neto e Isadora — o empresário Produmar Arimar Filho comemorou a nova idade, 48 primaveras, ocupando o salão do condomínio Bellomonte, em Petrópolis. Quinta última, recebeu amigos chegados com aquele astral que lhe é peculiar e a encantadora alma de festeiro. Amigos foram abraçá-lo na noite marcada pela descontração e proximidades genuínas. Papos, risadas e também um ar de nostalgia, já que o prédio vai deixar de fazer parte da história da família, em breve. O buffet de Fátima Barros, as taças e copos com tinto espanhol Rioja Bordón Crianza 2019, espumante e Old Parr e a música do DJ Ronny Vanucci e do ótimo Allyson Carlyle completaram a noite. A coluna agradece o convite. Arimar disse que tudo não se tratava de uma prévia, um spoiler para a super festa de 50, em 2028.

A BRABA NO ROCK IN RIO

Teve potiguar no palco Sunset, no domingo do *Rock in Rio*. A atriz Alice Carvalho fez participação no show da banda BaianaSystem em noite absurdamente chuvosa. Ao lado do vocalista Russo Passapusso, ela declamou trecho dentro da música *Balacobaco*. Além disso, participou da direção da apresentação como um todo, que foi batizada de *O Ciclo* e que passou por referências do sound system jamaicano, da guitarra baiana, da música de orquestra, do samba, reggae, cumbia.

NOVO MAPA

A ONU aprovou a substituição do mapa-múndi tradicional, de Mercator, por um modelo que representa com mais precisão o tamanho real dos continentes. O problema do mapa antigo, criado em 1569, estava na forma como ele achata o globo, fazendo países próximos à Linha do Equador parecerem menores do que são. Uma das distorções era com o continente africano, que aparecia do tamanho da Groenlândia, quando, na verdade, é 14 vezes maior. A mudança foi aprovada com 164 votos a favor, seis abstenções e um único voto contrário, dos Estados Unidos. O novo modelo é o Equal Earth, desenvolvido em 2018 e já em uso pela União Africana desde fevereiro.



Raiana Galvão na noite em torno de Arimar França



As meninas do agro no Fórum Rede Mulher de Valor: Magda Barreto, Larissa Mendonça e Jardeline Braga



Registro para a coluna de duas queridas, Rossana Rebelo e Andrea Fernandes



Helena Macedo e Bráulio Bessa em recente evento em Natal

SAIBA TUDO

●Daniel Cady e Marcelo Sangalo, ex-marido e filho da cantora Ivete Sangalo, desfilaram no último final de semana na Praia de Pipa. Os dois, que mais pareciam irmãos, participaram do festival *Playa*, que trouxe ao RN nomes como João Gomes, Nattan, Henry Freitas e Bhaskar.

●Larissa Borges e George Maranhão comemoram. O filho Ben, que estuda no renomado Ari de Sá, no Ceará, levou medalha de prata na Olimpíada de Matemática da Unicamp no nível Alfa, junto com a equipe batizada de “Os galados”.

●Nina. Esse é o nome da primeira filha do casal formado pela empresária My Acessórios Lisa Palhano com o gestor público Flaminio Gondim Real Nunes. A notícia foi revelada para família e amigos em evento onde cada um fez sua aposta sobre o sexo do bebê.

●A exposição *Paisagens Impressionistas de Monet* estreia no Piso L1 do Midway Mall em 23 de setembro. Uma experiência sensorial, interativa e imersiva com cenografia, projeções e animações sobre a vida e obra do pintor francês Claude Monet.

●A empresária de moda feminina Nadyne Pontual Vila sempre gostou de animais. Agora, na casa dos 50 anos, resolveu transformar isso em formação. Decidiu cursar medicina veterinária. Ela que já é bacharel em direito. A dona da Loja Syne está super empolgada.

Happy Birthday

Seyssa Praxedes, Vicente Neto, Fred Salsa e Caroline Almeida



TCE-RN abre negociação sobre Arena das Dunas e Via Costeira

Tribunal utiliza pela primeira vez a Solução Técnica Consensual para buscar acordos sobre o contrato da Arena das Dunas e a destinação de terrenos públicos em Natal; comissões terão até 180 dias para apresentar alternativas



JOSÉ ALDENIR

TCE-RN quer saber sobre contrato da arena e destinação de terrenos públicos

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN) abriu uma nova frente para tentar solucionar dois impasses que envolvem contratos, patrimônio público e impactos financeiros para o Estado. Pela primeira vez, a Corte adotará a Solução Técnica Consensual (STC), mecanismo que reunirá poder público, empresas e demais instituições interessadas para discutir o contrato de concessão da Arena das Dunas e a situação de imóveis públicos concedidos a particulares na Via Costeira, em Natal. As comissões terão prazo de até 180 dias para desenvolver os trabalhos, prorrogável por igual período.

A utilização da ferramenta foi analisada inicialmente pelo presidente do TCE-RN, Carlos Thompson Costa Fernandes, e recebeu parecer favorável da Secretaria de Controle Externo (Secex). Os processos seguiram então para o relator, conselheiro Antonio Ed Souza Santana, que confirmou a possibilidade de abertura dos procedimentos. A próxima etapa será a indicação dos integrantes das duas comissões pela Presidência do Tribunal.

No caso da Arena das Dunas, a iniciativa partiu da própria concessionária e recebeu concor-

dância do Governo do Estado. O estádio foi construído para a Copa do Mundo de 2014 e é administrado por meio do Contrato de Concessão Administrativa nº 001/2011. O TCE já fiscaliza a execução do acordo, e, em maio deste ano, determinou a abertura de processo autônomo para buscar uma solução consensual.

A negociação deverá alcançar pontos financeiros e operacionais da parceria, incluindo custos e pagamentos realizados pelo Estado, indicadores utilizados para medir o desempenho da concessionária, atuação de verificador independente, incentivos fiscais e receitas adicionais obtidas pela empresa. Durante as tratativas, a análise de mérito das questões diretamente submetidas à negociação fica suspensa, permitindo que as partes tentem construir uma proposta antes de uma decisão definitiva da Corte.

Via Costeira acumula disputa de décadas

O segundo procedimento trata de sete concessões de terrenos na Via Costeira, cujas origens remontam às décadas de 1980 e 1990. As áreas foram transferi-

das à iniciativa privada com prazos para implantação de hotéis e outros empreendimentos turísticos. Segundo auditoria do TCE, porém, obrigações previstas nos contratos não foram cumpridas e os prazos foram sucessivamente modificados ao longo dos anos.

Em março, o Tribunal suspendeu cautelarmente os efeitos de atos administrativos que renovaram, revalidaram ou prorrogaram as concessões. Também determinou à Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Norte (Datanorte) a adoção de medidas para retomada dos imóveis e a elaboração de um Plano de Ação Estratégico e de Destinação Imobiliária. A Datanorte iniciou posteriormente processos administrativos relacionados às sete concessões e notificou as empresas envolvidas.

Se houver consenso nos dois procedimentos, as propostas construídas pelas comissões ainda precisarão passar pelo TCE. O resultado dos próximos meses poderá definir tanto a evolução de uma parceria público-privada com repercussões sobre as contas estaduais quanto o destino de terrenos públicos localizados em uma das áreas de maior valor turístico e imobiliário de Natal. ●

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DO LAZER
COMISSÃO DE LICITAÇÃO-CL/SEEC

**AVISO DE ADIAMENTO DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 170/2026-SRP
PROCESSO SEI Nº 00410048000273/2026-97**

A Pregoeira da SEEC, no uso de suas atribuições legais, torna público que a Sessão de abertura da licitação acima qualificada, agendada para o dia 15/09/2026, fica **adiada** para o dia **21/09/2026, às 9h30** (horário de Brasília).

Natal/RN, 02 de setembro de 2026.
Ana Santana Alves de Medeiros
Pregoeira da SEEC



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ/RN

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 SEMSUR
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25.000056/2026-85**

Tipo: **Maior desconto, por item.** Objeto: **Manutenção e Instalação de Componentes do Sistema de Iluminação Pública.** Propostas: Entrega até **23/09/2026 às 08h59.** Abertura da Sessão em **23/09/2026 às 09:00hs** no site www.portaldecompraspublicas.com.br. Edital disponível no referido site, no www.pncp.gov.br e www.prefeiturademossoro.com.br.

Mossoró-RN, 08 de setembro de 2026
NATHAN FERNANDES LOPES
PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ/RN

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 18/2026
PROCESSO Nº 513001/2026**

O Agente de Contratação/Pregoeiro do Município de Nova Cruz/RN, torna público a quem interessar que realizará no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, dia **22 de setembro de 2026 às 09:30 horas** (horário de Brasília) a licitação na modalidade **Pregão** em sua forma **Eletrônica** sob o nº **18/2026**, cujo objeto a **Aquisição de Recursos Terapêuticos para Atendimento de Usuários com Transtorno do Espectro Autista – TEA, do Município de Nova Cruz/RN**, tudo de acordo com o que determina a legislação vigente. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site: www.novacruz.rn.gov.br, através de solicitação pelo e-mail: licitacaonovacruzrn@gmail.com.

Nova Cruz/RN, 08 de setembro de 2026.
Severino Narciso de Oliveira Júnior
Agente de Contratação

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS – SEMARH

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE – CAERN
CNPJ 08.334.385/0001-35

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas desta Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia **17.09.2026, às 10 horas**, na sua sede social, localizada a Av. Senador Salgado Filho, 1555 – Tirol, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a matéria constante da Ordem do Dia:

- Eleição de membros para compor o Conselho de Administração, no biênio 2026/2028.
- Carta Renúncia de membro do Comitê de Elegibilidade e Avaliação (CEA), e eleição de membro em substituição.

Natal, 08 de setembro de 2026
A DIRETORIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS/RN

**AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.08.05.0003**

O Município de Carnaubais/RN, CNPJ nº 08.294.670/0001-70, torna público que irá realizar licitação na modalidade **concorrência**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, dia **24/09/2026 às 08h01min**. OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO COMPLETA DA GRAMA DO CAMPO SOCIETY NO MUNICÍPIO DE CARNAUBAIS/RN**. Edital e Recebimento das propostas através site, www.portaldecompraspublicas.com.br.

Francisco Magno Araújo da Silva
Agente de Contratação

CONCESSÃO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

XAMA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 04.550.534/0001-42, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, a Licença Simplificada nº **2023-196133/TEC/LS-0264**, **válida até 31/08/2032**, para o empreendimento **Pousada e Locadora Xama**, na Rua do Cajueiro, nº 12, Praia de Pipa, Tibau do Sul/RN. Wanderson Borges - Proprietário.

CONCESSÃO LICENÇA DE OPERAÇÃO (RLO)

ARY GONÇALVES DE ANDRADE, CPF 199.642.934-53, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte/IDEMA a Renovação da Licença de Operação (2026-260356/TEC/RLO-0398), com validade até 02/09/2032, para extração de Scheelita, de um volume de 30,00 m³/mês, numa área de 1,00 ha da poligonal do processo ANM nº 848.598/2008, localizada na Fazenda Olítica, zona rural do Município de São Tomé/RN.

ARY GONÇALVES DE ANDRADE
Empreendedor

HOSPITAL GISELDA TRIGUEIRO - SESAP/HGT

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 58/2026
PROCESSO Nº 00611266.000017/2026-87**

O Hospital Giselda Trigueiro, visando a aquisição, por dispensa de eletrônica, de máscaras N95 a fim de atender às necessidades desta unidade hospitalar, para apresentarem proposta de preço nas condições abaixo especificadas:

Item	Especificação	Unid. de Medida	Quantidade	Catmat
1	Máscara (Respirador) Pff-2.S/N95, Com Eficácia Na Filtração > 95% De Partículas De Até 0,3 Micra, Proteção Contra Tuberculose, Confortável - Proporcionando Retenção De Partículas E Facilidade De Respiração; Cor Clara (Azul Ou Branca), Aprovada Pelo Ministério Da Saúde/Anvisa, Formato: Anatômico Dobrável Com Dois Painéis laterais, Dispositivo Para Ajuste Nasal Para Melhorar A Vedação Ao Rosto; Tira Elástica Ajustável Na Cabeça. Para Uso Hospitalar. Sem Válvula De Exalação. Características Adicionais: Máscara Respiratória Tipo Pff2.S Ou N95, Certificada Conforme A Norma Apli cável (Abnt/Ca Ou Niosh) E Estar Regularizada Junto À Anvisa, Conforme A Legislação Sanitária Vigente. Obs. Na Apresentação Da Proposta Deve Ser Enviado O Modelo E Características Do Produto Ou O Envio De Amostra. Obs. O Prazo De Validade Mínimo Deve Ser D e 24 Meses A Partir Da Data De Entrega.	Unidade	6000	485529

Prazo para recebimento das propostas eletrônicas: **até 11/09/2026 às 07h59**, exclusivamente através do www.comprasnet.gov.br. PNCP: <https://pncp.gov.br/app/editais/08241754010965/2026/10>. Maiores esclarecimentos, através do e-mail contratosht@gmail.com.

André Luciano de Araújo Prudente
Diretor Geral/HGT

AGORARN

PRECISANDO PUBLICAR?

AVISOS - ATAS - BALANÇOS - COMUNICADOS
CONVOCAÇÕES - EDITAIS (USUCAPÍAO)
LICENÇAS - NOTAS E OUTROS

Pessoas Físicas, Empresas Privadas, Sindicatos,
Associações, Instituições e demais Entidades.



84. 3027-1690 | 84. 98117-1718 | publica@agorarn.com.br

FAÇA JÁ SEU ORÇAMENTO!

Natal abre edital de R\$ 100 mil para acesso ao paradesporto

Chamamento público selecionará três projetos de organizações da sociedade civil para atendimento a pessoas com deficiência; inscrições seguem até 8 de outubro e recursos variam de R\$ 15 mil a R\$ 60 mil

A Prefeitura do Natal abriu uma nova seleção para financiar projetos destinados ao desenvolvimento do paradesporto na capital. O Edital de Chamamento Público nº 01/2026 prevê investimento total de R\$ 100 mil e selecionará três iniciativas de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. As inscrições começaram nesta terça-feira 8 e poderão ser realizadas até 8 de outubro, exclusivamente pela internet.

Coordenada pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (Sel), a iniciativa tem como foco ampliar as oportunidades para pessoas com deficiência praticarem atividades esportivas. As propostas precisam alcançar, no mínimo, uma das quatro regiões administrativas da cidade — Norte, Sul, Leste ou Oeste — e serão apoiadas por meio de Termo de Fomento firmado entre o município e as organizações selecionadas.

Os R\$ 100 mil serão divididos em três faixas. A Categoria A concentra o maior investimento, de R\$ 60 mil, e exige um projeto que ofereça pelo menos quatro



Paratletas do RN receberão mais incentivo financeiro do município este ano

modalidades paradesportivas. Na Categoria B, serão destinados R\$ 25 mil a uma iniciativa com no mínimo duas modalidades. A Categoria C prevê R\$ 15 mil para um projeto que trabalhe com pelo menos uma modalidade.

A estrutura segue uma política de fomento que a Secretaria de Esporte e Lazer já havia utilizado em 2025. No edital anterior, também foram reservados R\$ 100 mil para projetos de paradesporto, com ações voltadas à formação esportiva, excelência e prática do esporte ao longo da vida. O documento estabelecia ainda a descentralização das atividades pelas regiões administrativas de Natal.

Para o prefeito Paulinho Freire, o financiamento deve funcionar como instrumento para aumentar a participação das pessoas com deficiência nas atividades esportivas. “Nosso compromisso é fazer uma gestão que olhe para todas as pessoas e trabalhe para garantir que o esporte seja acessível e inclusivo. Essa ação vem para mostrar o grande comprometimento da nossa gestão com a inclusão”, afirmou.

O edital transfere parte da execução das atividades para entidades que já atuam ou possuem condições de desenvolver proje-

tos especializados. O modelo de parceria com organizações da sociedade civil permite que o município financie propostas executadas diretamente pelas instituições selecionadas, desde que sejam cumpridos os requisitos estabelecidos no chamamento.

Segundo o secretário municipal de Esporte e Lazer, Hermes Câmara, a medida também busca dar sustentação às entidades que atuam no segmento. “O edital fortalece as entidades que já desenvolvem um trabalho importante na nossa cidade e cria novas oportunidades para que as pessoas com deficiência tenham acesso ao esporte. Estamos investindo em inclusão, qualidade de vida e desenvolvimento esportivo”, disse.

O investimento municipal ocorre em um contexto no qual políticas de paradesporto procuram associar atividade física, formação esportiva e inclusão social. Em programas federais de promoção do paradesporto, entre os objetivos relacionados às ações estão a capacitação de profissionais para atendimento a diferentes tipos de deficiência, a integração com políticas educacionais, a igualdade de oportunidades e a inclusão social.

Entidades precisam comprovar experiência

A participação no chamamento está restrita às organizações da sociedade civil sem fins lucrativos cuja finalidade institucional seja compatível com o objeto da seleção. A entidade deverá ter pelo menos um ano de existência e cadastro ativo, além de comprovar experiência anterior e capacidade técnica e operacional para executar a proposta apresentada.

Cada organização poderá inscrever apenas um projeto e escolher somente uma das três categorias. Dessa forma, uma mesma instituição não poderá concorrer simultaneamente aos recursos de R\$ 60 mil, R\$ 25 mil e R\$ 15 mil. A distribuição permite contemplar projetos de portes diferentes, desde iniciativas com

uma modalidade até programas que reúnam quatro ou mais práticas paradesportivas.

As inscrições são gratuitas e deverão ser feitas por formulário eletrônico até 8 de outubro. As entidades terão de anexar os documentos exigidos no edital, etapa necessária para comprovar tanto a regularidade institucional quanto as condições para execução do projeto.

O novo chamamento dá continuidade a uma iniciativa realizada em 2025. Naquele ano, a SEL publicou edital igualmente direcionado ao apoio financeiro de entidades com projetos de paradesporto. O documento previa incentivo a propostas capazes de atender pelo menos uma região administrativa e es-

tabelecia como finalidade a democratização e a descentralização das ações esportivas.

O edital completo, seus anexos e o cronograma do processo seletivo estão disponíveis nos canais oficiais da Prefeitura do Natal e da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Dúvidas também podem ser encaminhadas ao endereço eletrônico informado pela Sel.

As inscrições seguem até 8 de outubro. Após a seleção e o cumprimento das etapas administrativas previstas no chamamento, as três organizações escolhidas poderão celebrar os Termos de Fomento para receber os recursos e colocar em execução os projetos de incentivo ao paradesporto na capital.●

Esporte

@pedroneto



PEDRO NETO

pedroneto1704@gmail.com

Ainda pertence ao clube?

Segundo informações divulgadas nas redes sociais, o caso Souza x América ainda continua em aberto. Continua indefinido. Souza abandonou o futebol em abril de 2026, porém, pelas informações, seu distrato até hoje não foi homologado. Sendo assim, Souza continua sendo funcionário do América? É isso mesmo, produção? Com a palavra, a SAF do América.

PODE SER EMPRESTADO

E quem pode estar de saída do ABC é o atacante Igor Bahia. Jogador pode ter como destino o Londrina-PR. Mas, segundo informações apuradas pela coluna, o jogador vai voltar, para atuar em 2027 pelo Clube do Povo.

PELA TAÇA LIBERTADORES

Hoje tem Estudantes x Corinthians pela Taça Libertadores da América. A equipe paulista precisa se redimir dos últimos insucessos, principalmente após o vexame da derrota para a Chapecoense, dentro de casa, pela série A.

SAIU NA FRENTE

O Uberlândia está muito próximo de conquistar a série D. A equipe mineira venceu o ASA, em Arapiraca, por 2x0, pelo jogo de ida da final. Com este resultado a equipe alagoana vai precisar vencer por três gols de diferença para ser campeão. Tarefa nada fácil para o ASA.

EU AVISEI

O Flamengo assumiu a liderança da série A. Com o vitória sobre o Remo por 1x0 e o empate entre Botafogo 0 x 0 Pameiras, o rubro-negro carioca abriu 1 ponto em relação ao alviverde paulista. Falta de aviso não foi. O rubro-negro carioca é time de chegada. Portanto, vai ser difícil perder essa posição daqui para frente.

SÓ NO FINAL DE OUTUBRO

A primeira partida das semifinais da Copa do Brasil só acontecerá no final de outubro, no dia 31, para Vasco x Palmeiras. Já Grêmio x Atlético-MG jogam no dia 1º de novembro. Muita água ainda vai rolar por baixo da ponte até lá.

RICHARLYSON

O Vasco da Gama, na pessoa do seu presidente Pedrinho, abriu negociações com o atacante Richarlyson, do Tottenham-ING. O “Pombo” ainda pode ser útil ao Vasco da Gama.

SANTA CRUZ-PE SAI NA FRENTE

O Santa Cruz-PE venceu o Botafogo-PB por 1x0 na série C. O Santinha está muito confiante de que este ano sobe. Será?

QUASE REBAIXADA

Com apenas 10 pontos na tabela de classificação, a Ponte Preta de Campinas (SP) está muito perto do rebaixamento para a série C. Dificilmente a equipe campineira terá forças para se recuperar na competição.

PARTIDA ISOLADA

Botafogo-RJ e Grêmio fazem uma partida isolada pela série A no Rio de Janeiro. Essa é uma partida adiada da 21ª rodada. As duas equipes precisam da vitória. O empate será um péssimo resultado para cariocas e gaúchos.

Técnico João Burse assume equipe do ABC e abre ciclo de planejamento para 2027

Novo treinador chega ao Alvinegro após conquistar o Campeonato Capixaba pelo Porto Vitória e terá participação na montagem do elenco para uma temporada que marca o retorno do clube à Série C

A apresentação de João Burse como novo técnico do ABC marca o início do planejamento alvinegro para a temporada de 2027. Aos 44 anos, o treinador chega a Natal depois de conquistar o Campeonato Capixaba pelo Porto Vitória-ES e assume um clube que encerrou 2026 com o acesso à Série C do Campeonato Brasileiro. A apresentação oficial foi programada para esta terça-feira 8 no Auditório Dr. Ernani Alves da Silveira, na sede do clube.

Burse sucede Waguinho Dias, que deixou o ABC após não chegar a um acordo para renovar o contrato. Waguinho encerrou sua passagem depois de conduzir a equipe às semifinais da Copa do Nordeste e da Série D, além de atingir o principal objetivo traçado para o segundo semestre: retirar o clube da quarta divisão nacional. O antigo comandante disputou 27 partidas pelo Alvinegro, com 16 vitórias, cinco empates e seis derrotas, aproveitamento de 65,4%.

A troca no comando técnico ocorre no momento em que a diretoria tenta antecipar decisões para 2027. O executivo de futebol Gustavo Cartaxo teve o contrato renovado até o fim da próxima temporada e foi o responsável por conduzir a negociação com Burse. Depois de fechar com o treinador, Cartaxo passou a trabalhar nas renovações e nos acertos com jogadores que terminaram a Série D no elenco abecedista.

O novo técnico chega com experiência em competições nacionais e conhecimento do futebol nordestino. João Batista Donizete Dressler Burse nasceu em Estiva Gerbi, no interior paulista, em 11 de junho de 1982. Antes de chegar às equipes profissionais, trabalhou nas categorias de base de Mogi Mirim, Vitória e Palmeiras. Posteriormente, comandou Cianorte, Vitória, Tombense, Figueirense, Botafogo-PB e Porto Vitória.



Burse assume o ABC com a responsabilidade montar elenco melhor para a série C

Um dos trabalhos de maior repercussão ocorreu no Vitória, em 2022. Burse assumiu a equipe durante a Série C e participou da recuperação que terminou com o acesso à Série B. A experiência ganha peso na escolha feita pelo ABC porque o clube potiguar voltará justamente à terceira divisão em 2027 e precisará se adaptar novamente a uma competição de maior exigência esportiva e financeira.

O trabalho mais recente ocorreu no Porto Vitória. Entre 2025 e 2026, Burse comandou a equipe capixaba em 46 partidas, com 20 vitórias, 12 empates e 14 derrotas, alcançando 52,2% de aproveitamento. Neste ano, conduziu o clube ao título do Campeonato Capixaba, primeiro da equipe na primeira divisão estadual.

A chegada ocorre depois de o ABC completar uma campanha de recuperação na Série D. O time garantiu o acesso ao eliminar o Nacional-AM nas quartas de final e encerrou sua participação diante do Uberlândia, na semifinal. A promoção recolocou o clube na Série C e mudou o patamar do planejamento para o próximo calendário.

Montagem do elenco será primeira missão

A primeira tarefa de João Burse será participar, ao lado de Gustavo Cartaxo e da direção, da definição do grupo para 2027. A montagem terá de considerar jogadores que permanecerão da campanha do acesso, possíveis reforços e o orçamento disponível para uma temporada com

maior número de compromissos.

O ABC terá quatro frentes no calendário: Campeonato Potiguar, Copa do Nordeste, Copa do Brasil e Série C. A terceira divisão será ampliada de 20 para 24 clubes em 2027, com 23 rodadas na primeira fase. Os oito melhores avançarão à etapa decisiva e quatro equipes conquistarão o acesso à Série B. A competição terá, portanto, maior duração para os clubes que chegarem às fases finais.

A experiência de Burse nas categorias de base também poderá entrar na construção do elenco. O treinador passou pelo trabalho de formação em três clubes antes de consolidar a carreira profissional, enquanto o ABC precisará equilibrar investimento, aproveitamento de jogadores e competitividade durante uma temporada extensa.

A renovação de Cartaxo e a contratação do treinador são os primeiros movimentos formais do futebol alvinegro após o acesso. O executivo soma quatro anos e meio de trabalho no ABC em duas passagens, dois títulos potiguares e três acessos, segundo o clube. A manutenção do dirigente permite que o planejamento iniciado na campanha de 2026 tenha continuidade, agora sob um novo comando técnico.

Com Burse, o ABC aposta em um treinador que chega após um título estadual e que já viveu uma campanha de promoção na Série C. A apresentação abre uma nova etapa: transformar o acesso conquistado em 2026 em um elenco capaz de sustentar o clube na terceira divisão e disputar as demais competições do calendário de 2027. ●

INSTAGRAM / ABC

80 ANOS

SESC
CELEBRA
80 ANOS

13 de SETEMBRO

Sesc Zona Norte
Parque das Dunas
Sesc Mossoró
Sesc Caicó

Acesse
programação



Sesc
CLÍNICA INTEGRADA

TEATRO SESC
SANDOVAL
WANDERLEY

Sesc Fecomércio
Senac